Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2020 Nº 24.663 Preço banca: R$ 3,50

Pesquisa diz que em abril 14,4% das indústrias paralisaram atividades

O percentual de indústrias de transformação que paralisaram suas atividades em abril chegou a 14,4%. O aumento é de 10,2 pontos percentuais em relação a março deste ano e de 11,5 pontos percentuais em relação à média dos meses de abril.

Os dados divulgados na quinta-feira (14) no Rio de Janeiro, são da Fundação Getulio Vargas (FGV). As principais cidades iniciaram medidas de isolamento social em meados de março devido à pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Entre os setores mais afetados por paralisações em abril, destacam-se veículos automotores (59,5%), couros e calçados (38,9%) e vestuário (34,1%).

A pesquisa também mostrou que a média de turnos de trabalho na indústria caiu para 2,19 turnos, queda de 0,34 turno em relação a janeiro deste ano e de 0,44 turno em relação à média dos meses de abril. Página 3

Caixa vai estender pausa para pagar prestação de imóvel, diz Bolsonaro

Página 10

Lei de ajuda a estados pode resultar em calote a empréstimos externos

Página 10

Espanha registra mais de 200 novas mortes diárias por covid-19

O número diário de mortes pelo novo coronavírus na Espanha cresceu acima de 200 pela primeira vez desde 8 de maio, informou na quinta-feira (14) o Ministério da Saúde do país. Foram registrados 217 novos óbitos em 24 horas.

O total de mortes causadas pelo vírus aumentou para 27.321 nesta quinta-feira, ante as 27.104 registradas anteriormente, acrescentou o ministério. O número total de casos diagnosticados subiu para 229.540. (Agencia Brasil)

Japão revoga emergência, com exceção de Tóquio e Osaka

O primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, revogou o estado de emergência em grande parte do país nesta quinta-feira (14), mas disse que ele continuará em vigor em Tóquio até o novo coronavírus (covid-19) estar contido.

Abe suspendeu a emergência em 39 das 47 regiões japonesas, mas a manteve na capital e em Osaka, a segunda maior área urbana do país, enquanto tenta amenizar o impacto econômico e ao mesmo tempo deter o vírus.

O premiê disse que começará a trabalhar em um orçamento extra, parte de um estímulo econômico, e que o governo adotará mais medidas para diminuir a pressão sobre os financiamentos corporativos, se necessário.

A terceira maior economia do mundo declarou um estado de emergência de âmbito nacional um mês atrás. Página 3

Regra de ouro não será cumprida nos próximos anos, diz Mansueto

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou na quinta-feira (14) que a regra de ouro precisará ser revista porque não será possível cumpri-la nos próximos anos. Mansueto Almeida participa de audiência pública virtual promovida pela Comissão Mista do Congresso Nacional para acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao novo coronavírus, causador da covid-19.

A regra de ouro proíbe o Executivo de se endividar para pagar as despesas correntes – como são chamados os gastos da administração pública para manter seus serviços em funcionamento. Página 3

Fapesp: Hormônios femininos podem ter papel protetor contra o coronavírus

Com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), uma grande equipe multidisciplinar de cientistas investiga o papel dos estrogênios, os hormônios femininos, na proteção fisiológica contra o coronavírus, causador da doença COVID-19.

Não há um claro predomínio de homens ou mulheres nos indivíduos diagnosticados globalmente com a enfermidade. No entanto, a maioria dos que são hospitalizados ou vão a óbito, ou seja, que desenvolvem a doença de forma mais grave, é constituída por homens. Página 2

Cotação do dólar vira e cai para R$ 5,82, depois de encosta em R$ 6,00

Página 3

No Brasil, 31.790 profissionais de saúde contraíram covid-19

O secretário-substituto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Eduardo Macário, participou de entrevista no Palácio do Planalto sobre covid-19 no Brasil. Ele apresentou dados captados pelo SUS Notifica, sistema criado no início da pandemia para reunir os dados sobre o novo coronavírus no país. Segundo o secretário, até o momento foram identificados 199.768 profissionais de saúde com suspeita de covid-19. Página 10

Previsão do Tempo

Sexta: Céu nublado com possibilidade de garoa o dia todo. À noite as nuvens diminuem devagar.

18° C
14° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,81
Venda: 5,82

Turismo
Compra: 5,80
Venda: 6,15

EURO
Compra: 6,28
Venda: 6,28

Esporte

Drugovich conquista Desafio Virtual das Estrelas em Interlagos

O Desafio Virtual das estrelas realizou sua última etapa na quarta-feira (13) e definiu o título de Felipe Drugovich, piloto da Fórmula 2 que venceu cinco corridas ao longo das cinco etapas do campeonato. Com 53 pilotos passando pelo torneio, a quinta etapa foi também um evento oficial em homenagem ao Autódromo de Interlagos, que completou 80 anos nesta semana.

A primeira corrida da rodada dupla de ontem teve mais uma vitória de Drugovich, que triunfou após largar da sétima colocação. O piloto realizou diversas ultrapassagens e protagonizou uma disputa emocionante pela primeira posição com Eduardo Barrichello (USF2000), que largou da pole e foi o segundo colocado nas duas baterias do dia.

"Fiquei bem feliz em conquistar o vice-campeonato. Acredito que pude fazer boas corridas ao longo do torneio e tenho certeza de que todos os pilotos puderam aproveitar bem o Desafio Virtual das Estrelas. Foi uma oportunidade bem legal que encontramos e fico feliz pela proporção que isso tomou", diz Dudu, que é um dos organizadores do campeonato ao lado de Enzo Fittipaldi.

Piloto da Academia de Pilotos da Ferrari, Enzo fechou o pódio da corrida 1 e terminou o campeonato na terceira colocação. "Foram muitos excelentes pilotos que passaram pela competição e isso é muito gratificante. Fiquei muito feliz com meu desempenho também, então espero continuar realizando boas corridas virtuais ao longo dessa quarentena", diz Enzo.

Promovido pela agência RF1 em parceria com Virtual Challenge, o campeonato teve todas as etapas transmitidas ao vivo no YouTube nos canais Acelerados, F1 Mania, High Speed, Bandsports e Motorsport.com, alcançando mais de 120.000 pessoas em audiência nas cinco etapas. As provas também são exibidas na TV, na manha de domingo, no canal Bandsports.

Foto: Divulgação/ RF1

Felipe *Drugovich por dentro e Dudu Barrichello por fora na entrada do S do Senna*

Final em Interlagos

Ainda na primeira bateria, os pilotos virtuais Bruno do Carmo e Rafael Matta terminaram entre os cinco primeiros. Erick Goldner (piloto virtual), Suellio Almeida (piloto virtual), Daniel Serra (Stock Car), Gustavo Ariel (piloto virtual) e Miguel Costa (kart) fecharam o top-10.

Na segunda prova do dia, a vitória ficou novamente com um piloto virtual: Gustavo Ariel, que largou na primeira fila após a inversão de grid. Dudu Barrichello, Suellio Almeida, Felipe Drugovich e Enzo Fittipaldi terminaram no top-5 da prova. Enquanto isso, Miguel Costa garantiu mais um top-10 com a sexta colocação, seguido por Rafael Matta, Edson Coelho (Stock Light), Cristiano Bohessef (piloto virtual) e Ralph Benitez (piloto virtual).

O Desafio Virtual das Estrelas ficou marcado pela presença de grandes pilotos do automobilismo brasileiro, entre eles os mais experientes e também os jovens talentos. Rubens Barrichello (F1, Indy e Stock Car), Felipe Massa (eF1 e Fórmula E), Felipe Nasr (F1), Pietro Fittipaldi (piloto reserva da Haas na F1), Caio Collet (F-Renault), Kiko Porto (USF2000), Matheus Leist (Indy), Daniel Serra (Stock Car) e Felipe Fraga (WEC e Stock Car) foram alguns dos que passaram pelo campeonato.

Outros talentos brasileiros que participaram do torneio foram: Beto Monteiro (Stock Car e Copa Truck), Lukas Moraes (Stock Car), Vitor Genz (Stock Car), Nonô Figueiredo (Stock Car), Edson Coelho (Stock Light), Marcos Gomes (Stock Car), Pedro Cardoso (Stock Car), Guilherme Salas (Stock Car), Miguel Paludo (Porsche Cup Brasil), Leo Lamelas (IMSA), Rafael Suzuki (Stock Car), Marcelo Battistuzzi (F-3000), Alberto Cattucci (Brasileiro de Marcas e Kart), Nathan Brito (Sprint Race), Luiz Floss e Gabriel Bortoleto (F4), além dos jornalistas Thiago Alves, Gerson Campos (Sprint Race) e Cassio Cortes (Sprint Race).

Com experiência na plataforma iRacing, Cristiano Bohessef, Daniel Molodon, Bruno do Carmo, Diego Acebedo, Flavio Dantas, Neto Nascimento, Miguel Bento, Stereo Online, Bruno Risseto e Rafael Matta foram outros pilotos virtuais que participaram da quarta etapa do torneio. Entre os jovens talentos do kart, Matheus Ferreira, Ricardo Gracia, Enzo Vidmontiene e Miguel Costa, que terminou o campeonato na sétima colocação, foram os mais pilotos mais novos a correr no torneio.

Inspirados no "Race for the World", ao longo da competição, os pilotos ajudam a promover doações para a campanha "Unidos contra Covid-19", promovida pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), dando caráter beneficente ao evento. Todos os pilotos e organizadores estão promovendo o evento de forma gratuita e trabalhando para arrecadar doações pelo link: https://fiocruz.colabore.org/combateacovid19/single_step

A partir da próxima semana, também quarta-feira, 20h, os pilotos voltam a se reunir para novas corridas virtuais, com o desafio em três das maiores pistas do mundo: Indianápolis, Le Mans e Mônaco.

Em SP, 20% dos internados em UTI por covid-19 morrem devido à doença

Um em cada cinco pacientes infectados pelo novo coronavírus internados em leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) no estado de São Paulo morre por causa da doença. A informação foi divulgada na quinta-feira (14) pelo diretor do Hospital Emílio Ribas, Luiz Carlos Pereira Junior, membro do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo. "Isso quer dizer que, de cada cinco pacientes que vão para a UTI, um não volta para casa. E a taxa de ocupação dos leitos de UTI está em torno de 85% e aumentando".

Segundo o coordenador de controle de doenças da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo, Paulo Menezes, 8% das pessoas diagnosticadas com covid-19 no estado morreram por causa da doença. "Temos 4.315 óbitos para 54 mil pessoas diagnosticadas. Isso dá aproximadamente 8%. Ou seja, 8% das pessoas que foram diagnosticadas, vieram a óbito. E não foi por falta de leito de UTI, porque isso não está acontecendo no estado de São Paulo. Mas porque a cada dia que passa, entendemos que a doença é mais grave. O vírus é mais agressivo do que parecia no início da pandemia", falou ele.

A covid-19, segundo Menezes, causa uma doença sistêmica e não somente uma doença pulmonar, como se imaginava. "A doença é mais grave do que as pessoas estão imaginando. O isolamento social não é só em função de dar tempo para a gente ter leitos com respiradores. Mas ele é a única coisa que podemos fazer para evitar que as pessoas peguem o vírus que causa, em parte delas, uma doença muito grave e que pode vir a óbito ou causar lesões irreversíveis ou com sequelas que, depois que a pandemia passar, vão continuar trazendo um impacto na vida das pessoas e da sociedade como um todo", explicou.

Segundo o diretor do Emílio Ribas, alguns pacientes de covid-19 estão apresentando insuficiência renal. "De cada dez pacientes, quatro estão evoluindo para insuficiência renal. Desses pacientes que vão receber alta, alguns deles vão precisar continuar fazendo diálise. E alguns terão ainda sequelas pulmonares. Estamos diante de uma doença nova que surpreende a cada dia com novas manifestações clínicas", disse Pereira Junior. "Não queremos só diminuir o número de casos, mas que a população colabore [com o isolamento] para que a gente não tenha pacientes graves ou com sequelas", enfatizou.

Infectados

Dados mais recentes mostram que o estado de São Paulo tem 54.286 casos confirmados do novo coronavírus, com 4.315 mortes. Há 3.884 pacientes internados em unidades de terapia intensiva (UTI) entre infectados e com suspeita de infecção pelo novo coronavírus. Além disso, 6.110 estão internados em enfermarias.

A taxa de ocupação de leitos de UTI em todo o estado está em torno de 69%, enquanto na Grande São Paulo ela é crítica, em torno de 85,5%.

Isolamento

A taxa de isolamento em todo o estado paulista tem se mantido em 47%, um índice baixo, considerando expectativas da Secretaria de Saúde, que considera 55% de isolamento das pessoas um percentual mínimo satisfatório para evitar a disseminação do vírus e um colapso no sistema de saúde.

De acordo com Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan e coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus em São Paulo, o isolamento precisa ser mantido, e com taxas altas, não somente para evitar um colapso na saúde, mas também porque ainda não há uma vacina ou tratamento adequado para a doença.

"Umas das questões é se a imunidade que o indivíduo desenvolve contra o vírus é permanente ou não. Os primeiros indícios mostram que não. E, portanto, se não há essa proteção de longo prazo, isso significa que o vírus vai continuar circulando. Daí a necessidade de uma vacina", falou ele, acrescentando que ela só deve ser realidade a partir do segundo semestre do próximo ano.

"O coronavírus está mudando o mundo e a forma como ele funciona. O dia em que tivermos uma vacina e pudermos vacinar em massa a população mundial, poderemos então voltar a pensar ou evoluir para uma situação em que não tenhamos que nos preocupar com transmissão de vírus de uma pessoa para outra. Mas neste momento, vamos ter que lidar com ele por muito tempo", disse Paulo Menezes, da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo. "É um vírus muito grave. O H1N1 matou uma em cada mil pessoas diagnosticadas. Mas aqui estamos falando, no Brasil, em uma a cada 12 pessoas diagnosticadas. Precisamos transmitir essa mensagem não para criar pânico, mas para que pessoas saibam o que estamos enfrentando nesse momento".

Óbitos em São Paulo

Segundo o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, 31% dos óbitos ocorridos em todo o Brasil pelo novo coronavírus ocorreram no estado de São Paulo. Mas esse número, segundo o secretário, já foi maior. No dia 15 de abril, os óbitos de São Paulo correspondiam a 45% de todo o país. Isso, de acordo com ele, se deve ao resultado da quarentena em São Paulo que, apesar de ainda distante do ideal, já conseguiu evitar muitas mortes e o colapso no sistema de saúde. "A política de isolamento social em São Paulo salvou vidas".

"No início da pandemia, no dia 24 de março, 68% dos casos de coronavírus do Brasil eram de São Paulo. Depois disso, caiu para 27% no dia 13 de maio (ontem)", acrescentou. "Essas taxas têm sido decrescentes, demonstrando a eficácia da política de isolamento social", disse Vinholi.

Hospital de campanha

A cidade de São Paulo vai receber, na próxima quarta-feira (20), um novo hospital de campanha para tratar os casos de baixa ou média complexidade do novo coronavírus, mas que necessitam de internação. Com isso, além dos hospitais de campanha do Pacaembu e do Anhembi, administrados pela prefeitura de São Paulo, e do Ibirapuera, administrado pelo governo estadual, São Paulo vai ter o seu quarto hospital de campanha, o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) Barradas, na comunidade de Heliópolis. O AME Barradas terá 200 leitos, sendo 24 de UTI e 28 de estabilização. O investimento neste hospital é de R$ 30 milhões, com R$ 915 mil de custeio.

Segundo a secretaria estadual da Saúde de São Paulo, o hospital de campanha do Ibirapuera, inaugurado no dia 1º de maio, tem neste momento 114 pacientes internados. Mas já passaram por ele 244 pacientes, sendo que 87 tiveram alta. Esse hospital do Ibirapuera recebe pacientes encaminhados por hospitais da Grande São Paulo. (Agencia Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **CESAR NETO** tem sua coluna (diária) de política publicada desde 1993 na imprensa de São Paulo (Brasil). Foi se tornando referência na Internet, desde 1996, pelo site www.cesarneto.com ... No Twitter **@cesarnetoreal** ... Email **cesar@cesarneto.com**

*

CÂMARA (SP)

O PT tá tão em baixa, que precisou o ainda dono Lula mandar Suplicy, Teixeira e Bonduk retirarem as candidaturas pra apoiar Padilha, numa prévia que não é prévia (só delegados votarão), contra a família Tatto, pra tentar ungir quem será candidato à prefeitura paulistana. Leia no tópico PARTIDOS

*

PREFEITURA (SP)

Médico dos Presidentes, Roberto Kalil - curado do COVID-19 com coquetel de medicação aonde usou também a cloroquina - considera que o estado geral de Bruno Covas (PSDB) segue sendo bom, considerando que a imunoterapia vai bem e que inflamações como a colite não o impede de trabalhar

*

ASSEMBLEIA (SP)

Tá virando questão de honra o PSDB do governador Doria (candidato à Presidência 2022) reeleger e eleger o maior número de prefeitos e vices (de partidos aliados e governistas como por exemplo o DEM ex-PFL, assim como o PSDB ser vice quando for o caso), além dos vereadores por todo Estado

*

GOVERNO (SP)

O vice-governador Rodrigo Garcia (DEM ex-PFL) tá entrando pra História do Estado de São Paulo como sendo pro Doria (dono do novo PSDB) o que o senador (PE) Marco Maciel foi pro Presidente FHC (1995 - 2002) e o que o general Mourão tá sendo pro Presidente Bolsonaro. Do ramo, fiel, leal e discreto

*

CONGRESSO (BR)

Deputado Rodrigo Maia e senador Alcolumbre (ambos DEM ex-PFL) já falam com Bolsonaro pra pelo menos se manter nas Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e Senado nas eleições de fevereiro 2021. Bolsonaro quer a eleição do deputado (SP) federal Marcos Pereira (REPUBLICANOS ex-PRB)

*

PRESIDÊNCIA (BR)

Vice-Presidente Mourão, general (reformado) do Exército, não só demonstrou sua personalidade e caráter, como tá lacrando quem dizia - desde 2019 - que não permaneceria alinhado com Bolsonaro. Além de permanecer, tá se mostrando belicoso se preciso, atacando inimigos e até parte da imprensa

*

PARTIDOS (BR)

o PT (ainda do Lulismo) vai impondo a candidatura do médico Padilha (ex-ministro da Saúde da Dilma), pra falar a linguagem do CODIV-19, tentando sufocar os respiros da família Tatto em 'prévias' somente com delegados. Aos 40 anos de idade, o partido que nasceu pra ser diferente tá cada vez mais igual

*

JUSTIÇAS (BR)

O tempo das coisas tá cada vez mais rápido. Após ter dito que os pecadilhos do governo Bolsonaro tinham que ser expostos aos contribuintes-eleitores, Marco Aurélio Melo bateu boca ao vivo com Alexandre Moraes. Isso, sem falar por exemplo de Barbosão x Levandoviski, Barroso x Mendes ...

*

HISTÓRIAS (BR)

A mudança - do seu estilo diplomático pra um estilo belicoso - do vice-Presidente Mourão, passando a defender Constitucionalmente a governabilidade do Presidente Bolsonaro já provoca apoios de generais da ativa, como nunca mais tinha rolado desde o final dos governos militares (1964 - 1985)

Email:**cesar@cesarneto.com**

Fapesp: Hormônios femininos podem ter papel protetor contra o coronavírus

Com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), uma grande equipe multidisciplinar de cientistas investiga o papel dos estrogênios, os hormônios femininos, na proteção fisiológica contra o coronavírus, causador da doença COVID-19.

Não há um claro predomínio de homens ou mulheres nos indivíduos diagnosticados globalmente com a enfermidade. No entanto, a maioria dos que são hospitalizados ou vão a óbito, ou seja, que desenvolvem a doença de forma mais grave, é constituída por homens. Segundo a organização Global Health 50/50, mantida pelo University College London, do Reino Unido, "na maioria dos países, os dados disponíveis indicam que os homens têm 50% mais chances de morrer após o diagnóstico do que as mulheres".

A afirmação é confirmada por estatísticas atualizadas da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, e por um estudo realizado na China, de acordo com o qual: "o sexo masculino é um fator de risco para pior resultado em pacientes com COVID-19, independentemente de idade e suscetibilidade".

Apoio

Com base nessa constatação epidemiológica, bem como em dados da literatura, o projeto Avaliação de compostos com potencial terapêutico para SARS-CoV-2: enfoque em compostos com atividade estrogênica, moduladores da autofagia e ECA2, coordenado por Rodrigo Portes Ureshino, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), tem o apoio da Fapesp no âmbito do edital Suplementos de Rápida Implementação contra COVID-19.

"Estudos anteriores, realizados com o coronavírus SARS-CoV [causador da síndrome respiratória aguda grave], apontaram diferenças de gênero na infecção e progressão da doença, com maior suscetibilidade de indivíduos do sexo masculino, e indicaram que os estrogênios podiam estar associados à maior proteção fisiológica das mulheres. Queremos testar se o mesmo ocorre com o SARS-CoV-2, o novo coronavírus, para chegar aos compostos com potencial terapêutico", diz Ureshino à Agência Fapesp.

A equipe já ultrapassou a etapa de revisão da literatura e entrou na fase experimental propriamente dita. "Infectamos linhagens de células com cepas selvagens de coronavírus e vamos testar nesse modelo mais de 40 compostos com atividade estrogênica para observar os resultados", conta o pesquisador.

Os procedimentos com o SARS-CoV-2 são realizados em um laboratório de nível de biossegurança 3 (NB3) da Unifesp, coordenado pelo professor Mário Janini, colaborador do projeto.

Entre os compostos a serem testados, Ureshino destaca o 17â-estradiol (o estrógeno mais abundante no organismo), o tamoxifeno (um modulador seletivo dos receptores estrogênicos) e a agenisteína (um fitoestrógeno). Todos os três já foram utilizados com êxito em modelos de outras doenças virais.

Além do foco estritamente terapêutico, com o teste de compostos com potencial para o tratamento da COVID-19, o projeto também tem um enfoque molecular. Neste caso, o objetivo é investigar a expressão do receptor ACE-2 (enzima conversora de angiotensina 2, na sigla em inglês), que possibilita a entrada do vírus nas células. "Sabemos que os pacientes hipertensos, grupo de risco para a COVID-19, apresentam uma maior expressão de ACE-2 e isso favorece a entrada do vírus nas células. Por isso, estamos estudando a superexpressão desse receptor em diferentes tipos celulares", afirma o pesquisador.

Receptores

Nesse eixo, um artigo em fase de pré-print foi produzido pelo grupo, tendo como primeira autora Roberta Sessa Stilhano, professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa (FCMSCSP): SARS-CoV-2 and the Possible Connection to ERs, ACE2 and RAGE: Focus on Susceptibility Factors.

O trabalho contou com a colaboração da professora Carla Máximo Prado, da Unifesp, que estuda o processo inflamatório pulmonar, além de pesquisadores de instituições internacionais, como a University of California – Davis (Estados Unidos) e a University of Cambridge (Reino Unido).

"Esse artigo buscou correlacionar três fatores: ACE-2, receptores de estrogênios e inflamação. Por isso, além das vias moleculares da ACE-2 e dos estrogênios, também detalhamos as vias do RAGE [receptor para produtos finais de glicação avançada], que está relacionado com inflamação. Acreditamos que o estudo dessas vias abra perspectivas terapêuticas para o tratamento da COVID-19", explica Stilhano à Agência Fapesp.

Além da equipe da Unifesp, o projeto conta com a colaboração dos pesquisadores da Faculdade de Medicina (FM) da Universidade de São Paulo (USP) Ana Cristina Breithaupt-Faloppa e Luiz Felipe Pinho Moreira.

SP registra segunda morte de criança nesta semana por coronavírus

O estado de São Paulo registrou, ta quinta-feira (14), a segunda morte de criança infectada pelo novo coronavírus nesta semana. A vítima infantil residia na capital, tinha apenas um ano e apresentava comorbidades. Outras quatro crianças já faleceram com COVID-19 no estado, todas na Grande São Paulo.

A primeira era uma bebê de sete meses da cidade de São Paulo, conforme divulgado em 25 de abril. A segunda, de um ano, também residia na cidade de São Paulo. A terceira era de Penápolis, com nove anos. A quarta foi confirmada nesta segunda-feira (11), tinha 4 anos e morava em Francisco Morato.

A letalidade entre crianças, hoje, é de 0,8%, quase oito pontos percentuais a menos que entre idosos, faixa em que o índice é de 8,5%. No total, hoje são 4.315 mortes relacionadas à COVID-19, com 197 confirmações nas últimas 24 horas.

Já são 54.286 casos confirmados da enfermidade, com uma ou mais pessoas infectadas em 443 municípios, o que representa 68% do território estadual. Em 196 das cidades, há registro de uma ou mais vítimas fatais. Entre o total de casos, 589 tinham menos de dez anos.

Na quinta (14), havia 9,9 mil pacientes internados em São Paulo, sendo 3.884 em UTI e 6.110 em enfermaria. A taxa de ocupação dos leitos de UTI reservados para atendimento à COVID-19 é de 69% no estado de São Paulo e de 85,5% na Grande São Paulo.

Perfil da mortalidade

Entre as vítimas fatais, estão 2.552 homens e 1.763 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 73,1% das mortes. Observando faixas etárias subdividas a cada dez anos, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (1.047 do total), seguida por 60-69 anos (987) e 80-89 (837). Também faleceram 283 pessoas com mais de 90 anos.

Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (611 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (315), 30 a 39 (181), 20 a 29 (37) e 10 a 19 (12), e cinco com menos de dez anos.

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (58,9% dos óbitos), diabetes mellitus (43,8%), doença neurológica (11,4%), doença renal (11%) e pneumopatia (9,9%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológica e hepática.

Esses fatores de risco foram identificados em risco: 3.474 pessoas que faleceram por COVID-19 (80,5%) do total. A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Pesquisa diz que em abril 14,4% das indústrias paralisaram atividades

O percentual de indústrias de transformação que paralisaram suas atividades em abril chegou a 14,4%. O aumento é de 10,2 pontos percentuais em relação a março deste ano e de 11,5 pontos percentuais em relação à média dos meses de abril.

Os dados divulgados na quinta-feira (14) no Rio de Janeiro, são da Fundação Getulio Vargas (FGV). As principais cidades iniciaram medidas de isolamento social em meados de março devido à pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Entre os setores mais afetados por paralisações em abril, destacam-se veículos automotores (59,5%), couros e calçados (38,9%) e vestuário (34,1%).

A pesquisa também mostrou que a média de turnos de trabalho na indústria caiu para 2,19 turnos, queda de 0,34 turno em relação a janeiro deste ano e de 0,44 turno em relação à média dos meses de abril.

O percentual de empresas que estão aumentando sua produção sem dificuldades caiu de 52,2% em janeiro para 21,4% em abril. Para aproximadamente 20% do setor industrial, a pandemia foi diretamente a principal restrição ao aumento da produção, pela redução de demanda interna e externa, dificuldade de fornecimento dos insumos importados e devido à necessidade de paralisação parcial ou total das atividades por questões de saúde. (Agencia Brasil)

Regra de ouro não será cumprida nos próximos anos, diz Mansueto

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou na quinta-feira (14) que a regra de ouro precisará ser revista porque não será possível cumpri-la nos próximos anos. Mansueto Almeida participa de audiência pública virtual promovida pela Comissão Mista do Congresso Nacional para acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao novo coronavírus, causador da covid-19.

A regra de ouro proíbe o Executivo de se endividar para pagar as despesas correntes – como são chamados os gastos da administração pública para manter seus serviços em funcionamento.

Mansueto Almeida lembrou que, desde o ano passado, a regra de ouro não é cumprida. "A regra de ouro é boa, mas o gasto e a perda de receita ficaram tão grandes, o buraco fiscal ficou tão grande, que hoje a gente tem que pedir emprestado para pagar despesas correntes essenciais. A gente vai ter que mudar a regra de ouro", disse o secretário. Ele acrescentou que a regra não deve ser cumprida até o final do atual governo e "talvez não seja cumprida no início do próximo também".

Dívida pública

O secretário disse que a dívida pública é alta, mas destacou que a preocupação do mercado é com a trajetória do endividamento nos próximos anos. "O mercado não consegue enxergar a dívida caindo em relação ao tamanho da economia."

De acordo com Mansueto, quanto mais o mercado tem dúvida sobre a trajetória da dívida, mais pede prêmio de risco para financiar o governo.

O secretário estimou que a dívida pública encerre este ano em cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). Ele acrescentou que a média da relação entre dívida e PIB dos países emergentes é de 50%. Para lidar com essa situação, será preciso manter o ajuste fiscal nos próximos anos, afirmou.

Mansueto disse também que o aumento de gastos este ano será necessário para enfrentar a pandemia de covid-19, mas ressaltou que a expansão de despesas deve ser limitada a 2020. "Esse gasto é para despesa temporária, não para permanente."

Investimento privado

O secretário do Tesouro disse ainda que a retomada da economia precisará de investimento privado. "E investimento privado vem. Olha o caso dos aeroportos no Brasil. A gente se acostumou no Brasil, por mais de 40 anos, que todos os aeroportos fossem públicos. Os aeroportos passaram para investimento privado. O serviço piorou? Não piorou."

Mansueto citou também as rodovias, lembrando que várias são concessões que pagam pedágio, e diversas distribuidoras de energia elétrica, que foram privatizadas, e o serviço melhorou. "O grande fator de recuperação tem que ser o investimento, em especial o privado. Se tiver marco regulatório, o investimento vem", enfatizou. (Agencia Brasil)

Indicador aponta impactos da covid-19 na economia brasileira

O Indicador Antecedente Composto da Economia Brasileira (Iace), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), em parceria com o The Conference Board (TCB), caiu 10,1% em abril na comparação com março, passando de 112,6 para 101,2 pontos. O TCB é uma organização sem fins lucrativos para membros de empresas e grupos de pesquisa.

É a maior queda da série histórica iniciada em 1996, de acordo com a FGV. Em março, o Iace teve redução de 6,2% em relação a fevereiro (120,1 pontos). Ele já mostra impactos da covid-19 na economia.

Segundo pesquisa divulgada na quinta-feira (14), pela FGV, no Rio de Janeiro, a variação acumulada nos últimos seis meses (de outubro de 2019 a abril de 2020) também ficou negativa, em 14,2%.

Das oito séries componentes do Iace, os índices de Expectativas da Indústria, Serviços e Consumidores foram o que mais contribuíram negativamente para o resultado, mostrando recuos na margem de 46,6%, 33,5% e 28,9%.

O Iace permite fazer uma comparação direta dos ciclos econômicos do Brasil com os de outros 11 países e regiões já cobertos pelo TCB, que são China, Estados Unidos, Zona do Euro, Austrália, França, Alemanha, Japão, México, Coreia, Espanha e Reino Unido.

Coronavírus

Segundo o economista Paulo Picchetti, coordenador do IPC Brasil da FGV/Ibre, o indicador já reflete os efeitos da pandemia do novo coronavírus na economia brasileira.

"O impacto das medidas de distanciamento social já pode ser verificado em uma série de indicadores recentes ligados ao nível de atividade na economia brasileira, sinalizando uma alteração na fase do ciclo econômico. O resultado de abril indica a continuidade dessa tendência nos próximos meses", disse Picchetti.

Já o Indicador Coincidente Composto da Economia Brasileira (Icce), que mede as condições econômicas atuais, ficou estável em abril, em comparação com março, com 103,1 pontos. (Agencia Brasil)

Bolsonaro faz reunião virtual com presidente da Fiesp e empresários

O presidente Jair Bolsonaro se reuniu na quinta-feira (14) com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e empresários para tratar das questões econômicas em meio à pandemia de covid-19 no Brasil. Os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Walter Braga Netto, também participaram da reunião virtual, a partir do Palácio do Planalto.

Bolsonaro ouviu pedidos pela reabertura do comércio e disse que, se dependesse dele, o país adotaria o isolamento vertical, ou seja, apenas de pessoas do grupo de risco da covid-19, como idosos e portadores de comorbidades.

"Reunião virtual com os maiores empregadores do Brasil. O cenário é preocupante. Uma economia devastada afetará diretamente na saúde. Se verdadeiramente prezamos pela vida e bem-estar, devemos evitar um desastre ainda maior que o vírus. Saúde e comida na mesa andam juntos!", escreveu Bolsonaro em seu perfil no Twitter, após a reunião.

Autoridades de saúde orientam a população e os governos a adotar as medidas de isolamento e distanciamento social como forma de prevenção à disseminação do novo coronavírus. Como ainda não há vacina nem remédio, comprovado cientificamente, contra a covid-19, a orientação visa a frear a transmissão do vírus para evitar que os sistemas de saúde fiquem sobrecarregados e consigam atender a todas as pessoas que venham a ficar doentes. (Agencia Brasil)

Abate de frangos cresce no país no primeiro trimestre

O abate de frangos no país chegou a 1,51 bilhão de animais no primeiro trimestre deste ano. O número representa aumento de 2,5% em relação ao trimestre anterior (último trimestre de 2019) e de 4,9% na comparação com o primeiro trimestre de 2019. Os dados foram divulgados na quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O abate de bovinos, que somou 7,2 milhões no primeiro trimestre deste ano, teve queda em ambas comparações temporais: de 10,8% em relação ao trimestre anterior e de 9,2% na comparação com o primeiro trimestre de 2019.

Os suínos, que somaram um abate de 11,87 milhões de animais no primeiro trimestre deste ano, tiveram queda de 0,2% na comparação com o trimestre anterior, mas apresentaram crescimento de 5% em relação ao primeiro trimestre de 2019.

Outros produtos

A aquisição de leite pelas unidades beneficiadoras (6,3 bilhões de litros) recuou 5,2% em relação ao trimestre anterior, mas cresceu 1,4% em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

A produção de ovos de galinha (960,61 milhões de dúzias) também recuou na comparação com o trimestre anterior (-2,5%) e cresceu na comparação com o primeiro trimestre e 2019 (3,4%), enquanto a aquisição de couro pelos curtumes (7,44 milhões de peças) caiu 5,7% e 12,2%, respectivamente. (Agencia Brasil)

Cotação do dólar vira e cai para R$ 5,82

Depois de subir e encostar em R$ 6, a cotação do dólar reverteu a tendência de alta e fechou com a primeira queda da semana. O dólar comercial encerrou a quinta-feira (14) vendido a R$ 5,82, com recuo de R$ 0,081 (-1,37%). A queda decorreu tanto da atuação do Banco Central (BC) como do alívio nos mercados externos.

O euro comercial fechou a R$ 6,284, com queda de 1,36%. A libra comercial encerrou o dia vendida a R$ 7,109, com recuo de 1,33%.

O dólar abriu em alta. Na máxima do dia, por volta das 11h, chegou a R$ 5,97. Depois de passar o início da tarde próxima da estabilidade, a cotação começou a cair a partir das 14h. A divisa acumula alta de 45,04% em 2020.

O Banco Central interferiu no mercado de forma mais agressiva do que nos últimos dias. A autoridade monetária fez leilões de contratos novos de swap cambial – que equivalem à venda de dólares no mercado futuro. ao todo, foi ofertado US$ 1 bilhão, dos quais foram vendidos US$ 890 milhões. O BC também vendeu US$ 520 milhões à vista das reservas internacionais.

Nos últimos dias, os investidores têm repercutido a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de reduzir a Selic (taxa básica de juros) para 3% ao ano. Além de reduzir a taxa para abaixo do estimado, o BC indicou que pretende promover novo corte de até 0,75 ponto percentual em junho, o que poderia levar a Selic para 2,25% ao ano.

Juros mais baixos tornam menos atrativos os investimentos em países emergentes, como o Brasil, estimulando a retirada de capitais estrangeiros. As tensões políticas internas também interferiram no mercado. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

COI estima custos de até US$ 800 milhões por adiamento de Jogos

O Comitê Olímpico Internacional (COI) estima arcar com custos de até US$ 800 milhões com o adiamento da Olimpíada de Tóquio para 2021 devido à pandemia do novo coronavírus, afirmou o presidente da entidade, Thomas Bach.

O COI e o governo japonês decidiram adiar por um ano os Jogos, que deveriam começar em julho deste ano.

"Prevemos que teremos que arcar com custos de até US$ 800 milhões por nossa parte e responsabilidades na organização dos Jogos adiados Tóquio-2020", disse Bach em uma teleconferência no final da reunião do conselho executivo da entidade. (Agencia Brasil)

Roberto Azevêdo anuncia saída antecipada da direção-geral da OMC

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, informou na quinta-feira (14) que deixará o cargo no dia 31 de agosto, reduzindo em exatamente um ano seu segundo mandato. O anúncio foi feito em reunião virtual com todos os membros da OMC, um dia antes de o Conselho Geral se reunir.

Em agosto, o embaixador brasileiro completa sete anos como diretor-geral da organização. Azevêdo disse que a decisão de antecipar sua saída da direção da OMC é pessoal e atende aos melhores interesses da organização em seu processo de reforma. Para Azevêdo, a organização deve começar a moldar uma agenda para as novas realidades pós-pandemia de covid-19 já com um novo diretor-geral.

Segundo o diplomata, agora, os membros da OMC poderão selecionar seu sucessor nos próximos meses, sem desviar a energia política e a atenção dos preparativos para a 12ª Conferência Ministerial, que será realizada em 2021. "Ainda que tenhamos conseguido muita coisa, ainda há muito a ser feito. Estabelecemos metas ambiciosas e transformadoras para essa conferência e para a reforma da OMC. E agora devemos garantir que o comércio contribua para a recuperação econômica global da pandemia de covid-19,"

Para Azevedo, a conferência do próximo ano será um exercício para garantir que a organização continue a responder às necessidades e prioridades dos países-membros. "Sabemos que a OMC não pode ficar paralisada enquanto o mundo a sua volta muda profundamente. O 'novo normal' que emerge da pandemia de covid-19 terá que se refletir em nosso trabalho aqui", disse. "A OMC pode não ser perfeita, mas é indispensável da mesma forma. É o que nos impede de ter um mundo em que a lei da selva prevalece, pelo menos no que diz respeito ao comércio."

A OMC iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1995 e desde então tem atuado como a principal instância para administrar o sistema multilateral de comércio. A organização tem por objetivo estabelecer um marco institucional comum para regular as relações comerciais entre os diversos membros que a compõem e estabelecer um mecanismo de solução pacífica das controvérsias comerciais, tendo como base os acordos atualmente em vigor.

Atualmente, a OMC conta com 164 membros, sendo o Brasil um dos fundadores. (Agencia Brasil)

Japão revoga emergência, com exceção de Tóquio e Osaka

O primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, revogou o estado de emergência em grande parte do país nesta quinta-feira (14), mas disse que ele continuará em vigor em Tóquio até o novo coronavírus (covid-19) estar contido.

Abe suspendeu a emergência em 39 das 47 regiões japonesas, mas a manteve na capital e em Osaka, a segunda maior área urbana do país, enquanto tenta amenizar o impacto econômico e ao mesmo tempo deter o vírus.

O premiê disse que começará a trabalhar em um orçamento extra, parte de um estímulo econômico, e que o governo adotará mais medidas para diminuir a pressão sobre os financiamentos corporativos, se necessário.

"Enquanto controlamos a disseminação do vírus tanto quanto possível com a premissa de que o vírus está ao nosso redor, restauraremos o trabalho normal e a vida cotidiana", disse Abe em uma coletiva de imprensa.

A terceira maior economia do mundo declarou um estado de emergência de âmbito nacional um mês atrás, pedindo aos cidadãos que reduzam os contatos pessoais em 80% para frear a proliferação do vírus e reduzir a pressão nos serviços médicos.

Economistas disseram que a normalização será gradual enquanto o governo atenta para a possibilidade de uma segunda onda de infecções, como visto em países como Coreia do Sul e China.

A emergência dá aos governadores mais autoridade para instruir as pessoas a ficarem em casa e para fechar escolas e negócios, mas não existem penalidades por descumprimento.

Alguns negócios não essenciais, mesmo em áreas atingidas duramente pelo coronavírus, começaram a reabrir até mesmo antes do anúncio de quinta-feira (14), e a extensão das restrições varia em todo o país.

O governador de Osaka anunciou critérios para suspender gradualmente algumas restrições ao comércio, incluindo restaurantes e bares.

Os 39 municípios nos quais a emergência foi revogada respondem por 54% da população do Japão, mas a área da grande Tóquio representa um terço da economia.

"Tóquio é o coração da economia japonesa. É como dirigir um carro com três rodas", disse Jesper Koll, executivo-chefe da administradora de ativos WisdomTree Japan.

O governo acrescentará quatro economistas à sua comissão de aconselhamento para o combate da epidemia, e uma revisão voltará a ser feita em cerca de uma semana. (Agencia Brasil)

Rodobens Veículos Comerciais SP S.A. – CNPJ 00.812.088/0001-78

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018, acompanhadas das notas explicativas. Cabe ainda o registro de que, após o encerramento do exercício, São Paulo-SP, 15 de maio de 2020. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial - Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2019	2018
Circulante		**83.672**	**47.479**
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.966	4.884
Títulos e valores mobiliários	5	98	2.019
Contas a receber de clientes	6	12.153	12.970
Conta corrente fabrica	7	6.674	5.301
Estoques	8	41.262	32.823
Impostos a recuperar	9	9.898	9.262
Adiantamentos a fornecedores		7.529	86
Despesas antecipadas		200	15
Demais contas a receber		92	39
Não Circulante		**37.164**	**39.288**
Realizável a longo prazo			
Conta corrente fabrica	7	5.395	16.999
Partes relacionadas	15	-	48
Depósitos judiciais		2.066	2.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos		431	248
Intangível	10	13.400	13.403
Imobilizado	11	5.823	6.192
Ativo de direito de uso	12	10.049	
Total do ativo		**121.036**	**86.767**

PASSIVO	Nota	2019	2018
Circulante		**92.942**	**57.334**
Fornecedores	13	23.797	22.555
Adiantamentos de clientes		9.458	13.003
Adiantamento de fábrica		5.078	1.840
Passivo de arrendamento	12	1.854	-
Empréstimos	14	5.653	5.282
Instrumentos financeiros derivativos		161	344
Salários e encargos sociais		1.861	1.535
Impostos a recolher		910	254
Partes relacionadas	15	43.828	42.031
Demais contas a pagar		304	485
Não Circulante		**8.907**	**62**
Passivo de arrendamento	12	8.749	-
Provisão para contingências		248	62
Patrimônio líquido		**19.087**	**19.346**
Capital social	16	20.860	20.860
Reserva de capital		261	261
Prejuízos acumulados		(2.024)	(1.775)
Total do passivo		**121.036**	**106.742**

11. O ativo imobilizado: é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perdas acumuladas. Custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. **12.** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o Pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos, utilizando a abordagem de transição simplificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Não adotou inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os arrendamentos e os ativos foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente.

	Ativo de direito de uso
Em 1º de janeiro de 2019	11.897
Atualização monetária	1.202
Depreciação	(2.111)
Em 31 de dezembro de 2019	**10.988**
Passivo de arrendamento	
Em 1º de janeiro de 2019	11.897
Juros provisionados	963
Juros pagos	(957)
Atualização monetária	559
Pagamento	(1.857)
Em 31 de dezembro de 2019	**10.603**

13. Fornecedores: são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivos não circulantes.

	2019	2018
Mercedes Benz do Brasil Ltda.	11.955	11.428
Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	11.323	17.428
Outros Fornecedores	1.519	1.857
Fornecedores - Empresas ligadas	2.604	2.487
	23.797	**22.555**

14. *Os empréstimos:* são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estiverem em aberto, utilizando a taxa efetiva de juros.

Modalidade	Moeda	Encargos financeiros	2019	2018
Capital de giro	US$	2,51% a.a (2018 - 5,26% a.a)	5.653	5.282
			5.653	**5.282**

15. Partes Relacionadas:

	Ativo Demais contas a receber (c)	Ativo Mútuo Financeiro (ii)	Passivo Demais contas Pagar (iii)
			2019
Banco Rodobens S.A.	303		90
Prestacon Administradora e Corretora de Seguros de Vida Ltda.	-	12.073	-
Rodobens Administração e Corretagem de Previdência Privada Ltda.	-	9.354	-
Rodobens Assessoria Técnica e Gerenciamento de Riscos em Seguros Ltda.	-	10.978	-
Rodobens Veículos Comerciais Belas S.A.	520		-
Rodobens Veículos Comerciais Cuiabá S.A.	34		2.547
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	262		-
Rodobens Transportes Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	-	10.978	-
Outros	230	202	-
	1.495	**43.585**	**2.637**

	Ativo Demais contas a receber (c)	Ativo Mútuo Financeiro (ii)	Passivo Demais contas Pagar (iii)
			2018
Banco Rodobens S.A.	700		78
Prestacon Administradora e Corretora de Seguros de Vida Ltda.	-	11.659	-
Rodobens Administração e Corretagem de Previdência Privada Ltda.	-	9.032	-
Rodobens Assessoria Técnica e Gerenciamento de Riscos em Seguros Ltda.	-	10.601	-
Rodobens Veículos Comerciais Bahia S.A.	395	-	-
Rodobens Veículos Comerciais Cirana S.A.	1.644	-	2.348
Rodobens Veículos Comerciais Rondônia Ltda.	676	-	-
Rodobens Transportes Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	-	10.601	-
Outros	420	-	-
	3.835	**41.893**	**2.641**

Demonstração do Resultado do Exercício - Em milhares de reais

	Nota	2019	2018
Receita líquidas de vendas e serviços prestados	17	280.242	184.007
Custos das vendas e dos serviços prestados	18	(257.838)	(154.925)
Lucro bruto		**22.404**	**29.082**
Despesas gerais e administrativas	18	(16.571)	(13.333)
Despesas com vendas	18	(8.239)	(6.198)
Outras receitas (despesas), líquidas	18	(14.558)	(4.514)
Lucro operacional		**(1.928)**	**(1.159)**
Receitas financeiras		3.736	3.140
Despesas financeiras		(5.583)	(3.529)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(1.853)**	**(389)**
Resultado antes do IR e CSLL		**(3.781)**	**(1.548)**
Imposto de renda e contribuição social	19	(232)	(313)
Lucro líquido do exercício		**(2.49)**	**(1.919)**
Prejuízo por ação do capital social		(0,0119)	(0,0447)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2017	**20.860**	**261**	**(562)**	**20.559**
Ajustes patrimoniais			(294)	(294)
Prejuízo do exercício	-	-	(919)	**(919)**
Saldos em 31/12/2018	**20.860**	**261**	**(1.775)**	**19.346**
Prejuízo do exercício	-	-	(249)	**(249)**
Saldos em 31/12/2019	**20.860**	**261**	**(2.024)**	**19.087**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Em milhares de reais

	2019	2018
Prejuízo do exercício	**(249)**	**(919)**
Ajustes	**25**	**(500)**
Ajustes		
Depreciações e amortizações	3.195	982
Ganho (perda) na alienação do imobilizado	(176)	-
Reversão (provisão) para créditos (liquidação) duvidosos	137	(101)
Reversão (provisão) para perdas em garantias	2	(18)
Reversão (provisão) bonificação fabrica	1.290	(1.498)
Reversão (provisão) para contingências	186	(133)
Variações monetárias e cambiais	2.840	(1.882)
	7.489	**340**
Variações no capital circulante		
Títulos e valores mobiliários	1.921	1.952
Contas a receber de clientes	680	(7.403)
Conta corrente fabrica	8.989	(989)
Estoques	(8.439)	(13.506)
Impostos a recuperar	(602)	(2.988)
Adiantamentos a fornecedores	(7.443)	91
Demais contas a receber	217	(585)
Fornecedores	1.238	1.450
Adiantamento de clientes	(3.537)	(8.530)
Adiantamento de fábrica	3.238	(360)
Impostos a recolher	873	(265)
Salários e encargos sociais	326	(20)
Demais contas a pagar	125	44
Caixa aplicado nas operações	**4.775**	**(11.736)**
Juros pagos	(1.230)	-
Imposto de Renda e CSLL pago	(407)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**3.098**	**(11.736)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	(1.466)	(534)
Valor recebido pela venda de imobilizado	540	182
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(926)**	**(352)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	5.700	5.500
Pagamento de empréstimos e derivativos	(5.633)	-
Captações de mútuos com partes relacionadas	-	3.900
Pagamentos de arrendamentos	(1.557)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.490)**	**9.400**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.082**	**(2.688)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4.884**	**7.572**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**5.966**	**4.884**

(i) Refere-se a contas a receber por conta de prestações de serviços e reembolsos de despesas, referente ao Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"). **(ii)** Referem-se a contratos de mútuo, assinados sobre o qual incidem juros equivalentes ao CDI. **(iii)** Referem-se a contas a pagar por conta da contratação de prestações de serviços de empresas ligadas, aluguéis e reembolsos de despesas, referente ao Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"). **16.** Em 2019 o capital social está dividido em 20.860.188 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **17. Reconhecimento da receita:** a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

	2019	2018
Vendas brutas de mercadorias	303.578	179.133
Vendas brutas de serviços	6.765	6.895
Dedução de vendas de mercadorias		
Devolução e cancelamento de vendas	(3.523)	(6.380)
PIS	(158)	(119)
COFINS	(733)	(546)
ICMS	(24.764)	(13.330)
Dedução de vendas de serviços		
PIS	(104)	(108)
COFINS	(480)	(498)
ISS	(139)	(139)
Receita líquida	**280.242**	**184.007**

18. Os custos e as demais receitas e despesas: são reconhecidas ao resultado de acordo com o princípio contábil da competência de exercício. **19.** Quando aplicável o imposto de renda é calculado sobre o lucro real à alíquota de 15% mais o adicional de 10% e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 9% sobre o lucro tributável do período de renda.

DIRETORIA

Liliane Miranda Barroso - Diretor Presidente
Ademir Oliveira - Diretor Geral
Jonas Spinosa - Técnico em Contabilidade - CRC 1SP240470/O-0

Brasilwood Terras Florestais S.A.

CNPJ/NIRE 29.197.194/0001-49

Relatório da Administração

Srs. Investidores: A Brasilwood Terras Florestais S.A., cumprindo as disposições legais e estatutárias, submete a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018.

Demonstrações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial	31/12/18
Ativo/Ativo circulante	**963**
Caixa e equivalentes de caixa	73
Adiantamentos e despesas antecipadas	72
Ativo não circulante	**103.766**
Terras	103.766
Total do ativo	**104.768**
Passivo e Patrimônio Líquido/Passivo circulante	**24.729**
Partes relacionadas a pagar	3.036
Contas a pagar	21.691
Impostos a pagar	2
Passivo não circulante	**4.569**
Contas a pagar	40.513
Patrimônio líquido	**39.526**
Capital social	44.030
Prejuízos acumulados	(4.504)
Total do passivo e patrimônio líquido	**104.768**

Demonstrações do resultado	31/12/18
(Despesas) receitas operacionais	**(4.504)**
Despesas administrativas e gerais	**(4.075)**
Prejuízo operacional	**(4.075)**
Despesas financeiras	**(1.451)**
Receitas financeiras	**(29)**
Prejuízo antes dos tributos	**(4.496)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**(7)**
Prejuízo do exercício	**(4.503)**
Demonstrações do resultado abrangente	**31/12/18**
Prejuízo do exercício	**(4.503)**
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente	**(4.503)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(4.503)	(4.503)
Capital social	44.030	-	44.030
Saldo em 31/12/2018	**44.030**	**(4.503)**	**39.526**

Nota Explicativa

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras acompanhadas da totalidade de suas notas explicativas encontram-se disponíveis na sede da companhia.

Diretoria **Alessandro Pellegrini** **Pablo de Campos Ferreira** **Valentim Augusto Colombo**

Contador: Alessandro Pellegrini - CRC- SP 218677/O-8

Brasilwood Terras Florestais S.A.

CNPJ nº 29.197.194/0001-49

Relatório da Administração

Srs. Investidores: A Brasilwood Terras Florestais S.A., cumprindo as disposições legais e estatutárias, submete a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/19 e 2018.

Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial	31/12/19	31/12/18
Ativo/Ativo circulante	**148**	**963**
Caixa e equivalentes de caixa	113	91
Tributos a recuperar	-	4
Adiantamentos e despesas antecipadas	32	73
Ativo não circulante	**115.624**	**103.766**
Terras	103.670	103.766
Arrendamento - IFRS	11.954	-
Total do ativo	**115.772**	**104.729**
Passivo e Patrimônio Líquido/Passivo circulante	**2.334**	**24.729**
Partes relacionadas a pagar	-	3.036
Contas a pagar	-	21.691
Impostos a pagar	-	2
Arrendamento - IFRS	**2.334**	-
Passivo não circulante	**77.954**	**40.513**
Arrendamento - IFRS	**10.041**	-
Contas a pagar	**67.913**	40.513
Patrimônio líquido	**35.484**	**39.526**
Capital social	**44.030**	44.030
Prejuízos acumulados	**(8.546)**	(4.503)
Total do passivo e patrimônio líquido	**115.772**	**104.729**

Demonstrações do resultado	31/12/19	31/12/18
(Despesas) receitas operacionais	**2.383**	3.075
Despesas administrativas e gerais	**2.383**	3.075
Prejuízo operacional	**2.383**	3.075
Despesas financeiras	**1.663**	1.451
Receitas financeiras	**(8)**	(29)
Prejuízo antes dos tributos	**4.040**	4.497
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**1**	7
Prejuízo do exercício	**4.041**	4.504
Demonstrações do resultado abrangente	**31/12/19**	**31/12/18**
Prejuízo do exercício	**4.041**	4.503
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**4.041**	4.503

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(4.503)	(4.503)
Capital social	44.030	-	44.030
Saldo em 31/12/2018	44.030	(4.503)	39.526
Prejuízo do exercício	-	(4.041)	(4.041)
Saldo em 31/12/2019	**44.030**	**(8.546)**	**35.484**

Nota Explicativa

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras acompanhadas da totalidade de suas notas explicativas encontram-se disponíveis na sede da companhia.

Diretoria **Alessandro Pellegrini** **Pablo de Campos Ferreira** **Valentim Augusto Colombo**

Contador: Alessandro Pellegrini - CRC- SP 218677/O-8

Demonstrações do fluxos de caixa	31/12/19	31/12/18
Atividades operacionais	**(4.041)**	**(4.496)**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**(4.040)**	(4.496)
Ajustes de Depreciação IFRS	**2.200**	-
Despesa financeira IFRS	**1.838**	-
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	**(4)**	-
Adiantamentos e despesas antecipadas	**41**	(73)
Partes relacionadas a pagar	**(3.036)**	3.036
Contas a pagar	**(21.691)**	21.691
Impostos a pagar	**(2)**	2
Atividades operacionais líquidas	**(25.524)**	20.160
Pagamento de Imposto de renda	**(1)**	(7)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**(25.525)**	20.153
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de terrenos	**115**	(103.765)
Pagamento de arrendamento	**(2.787)**	-
Caixa líquido aplicado atividades de investimentos	**(2.672)**	(103.765)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contribuição de capital social	-	44.030
Adiantamento para futuro aumento de capital	**27.499**	40.513
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento	**27.499**	84.543
Aumento (redução) líquido de caixa	**(797)**	911
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício	**911**	-
No fim do exercício	**113**	911
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**(797)**	911

ALTEH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ 17.033.397/0001-10, NIRE 35.226.952.141

Reunião de Sócios realizada em 13 de maio de 2020

Com sede na Alameda Rio Negro, nº 161, conjunto 1102, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06454-000, vem a público divulgar deliberação tomada em Reunião de Sócios, realizada em 13/05/2020, aprovando, nos termos do artigo 1.082, inciso II, e 1.084 do Código Civil, a redução do capital social da Sociedade, no valor de R$ 1.800.000,00, com o cancelamento de 1.800.000 quotas, com o consequente ajuste do capital aos sócios **Rosália Alonso Pires, Rogério Alonso Pires e Ventura Alonso Pires**, em moeda corrente nacional, na proporção das respectivas participações societárias atuais. **Administradores: Rogério Alonso Pires e Ventura Alonso Pires.**

Pedreira Cachoeira S.A. – CNPJ/NIF nº 62.310.644/0001-33 – NIRE 35.300.052.421

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas desta Companhia a reunirem-se em **AGO**, no dia 25/05/2020, às 11:00h, na sede social, Rua Cel. Sezefredo Fagundes, 7.901, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a ordem do dia: **(i)** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, suas Notas Explicativas e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31/12/2019; **(ii)** Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2019; **(iii)** Eleição da Diretoria do Capital Social; **(iv)** Eleição da Diretoria para o período 2020-2023; **(v)** Aprovação da verba anual e global destinada a remuneração da Diretoria; e **(vi)** Outros assuntos de interesse social. 15/05/2020. ***A Diretoria.*** (15, 16 e 19/05/2020).

Brasilwood Terras Florestais S.A.

CNPJ/NIF nº 29.197.194/0001-49

Declaração

Brasilwood Terras Florestais S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 2300, 4º andar, sala 1.406, inscrita no CNPJ/NIF sob o nº 29.197.194/0001-49 ("Companhia"), neste ato representada por seu representante legal, **DECLARA** que desde sua constituição, em 16 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, não realizou qualquer tipo de movimentação/operação financeira, ativos, passivos, receitas, despesas, e elaboração das demonstrações financeiras e demais documentos auxiliares relacionados ao término do exercício social da Companhia em 31 de dezembro de 2017, conforme previsto no artigo 176 da Lei 6.404/76, conforme alterada. São Paulo, 04 de maio de 2020. **Brasilwood Terras Florestais S.A.** - Nomes: Srs. **Alessandro Pellegrini** e **Valentim Augusto Colombo.** Cargos: Diretores.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1059228-89.2014.8.26.0100/01. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CAMILA RODRIGUES BORGES DE AZEVEDO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER(ão) Jacqueline Aparecida Pinheiro do Prado (CPF: 277.475.988-59)que por pedido nos autos da Ação Cumprimento de Sentença, movida por FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, da penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 885,51. Estando a executada em local ignorado, fo deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, e mais 20 dias, após o 20 dias supra, ofereça impugnação, na audiência da qual poderá acompanhar o processo o feito em seus termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de abril de 2020. 14 e 15/ 05 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1059229-89.2014.8.26.0100/01. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, na forma da Lei, etc. Faz Saber a ALERTA UNIDADE DE RESGATE LTDA. CNPJ/CPF nº 00.878.756/0001-71 na pessoa de seu representante legal que SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. ajuizou ação de Cobrança de Aluguéis e Acessórios da Locação, também de infundo ou não, cumulada com indenização substitutiva, as quais foram objeto do contrato de comodato celebrado entre as partes, valor da causa R$30.000,00 (Fevereiro/2015). Estando a ré em local ignorado, expediu-se o presente edital de CITAÇÃO, para que no prazo de 15 dias úteis, após fluir o prazo de 20 dias úteis supra, querendo ofereçam defesa, sendo advertidos dos artigos 344 e 355, I do NCPC, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados na inicial. Ficando advertida que será nomeado curador especial em caso de revelia nos termos do artigo 257, IV. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de agosto de 2019. 8 - 15 e 16

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1031371-35.2017.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(s) JOEL DO VALLE BARBOSA, RG 15.593.570, CPF 074.895.578-78, que Abigail Guiffer Bandeira e Marcos Luis do Vale Bandeira, ajuizaram uma Ação de Notificação Judicial Realizada a Mesma de Ano e Dia c.c. Comunicação de Perda, objetivando a reintegração dos Autores na posse do imóvel situado na Av. Água Fria, nº 1598, proferiu-se a seguinte sentença: "(...) Ante o exposto, julgo procedente a ação para reintegrar a posse dos autores com relação ao imóvel supra. Estando o requerido em lugar ignorado, fo deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel e presumir-se-lhe verdadeiras as alegações de fato formuladas pelos autores (Art. 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 § IV). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 8 - 15 e 19

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1003991-96.2016.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney Tadeu Cardeal Bertl, na forma da Lei, etc. FAZ SABER(ão) ROMULO RIBEIRO DA SILVA, Brasileiro, CPF 124.919.828-00, e ALICION RIBEIRO DA SILVA, Brasileiro, CPF 278.147.388-39, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, objetivando o pagamento da quantia de R$ 11.322,75 (novembro/2016), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida, firmado em 16/12/2009. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, fo determinada a sua CITAÇÃO e INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 3 (três) dias, a fluir de 30 dias supra, pague o débito, devendo o mesmo ser atualizado e acrescido das custas e honorários na época do pagamento com a advertência de que esta verba será reduzida pela metade na hipótese de integral (art. 827, § 1º, do CPC) ou de efetuarem embargos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 231, do CPC), podendo ainda depositar 30% do valor em execução (incluindo custas e honorários de advogado), no prazo para oferta dos embargos, permitirá se executado requerer seja admitido o pagamento do saldo remanescente em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês e IMTAMBÉM, que caso não o faça no prazo de 15 dias, sob pena de converter-se em penhora o arresto processado sobre o imóvel matrícula nº 43, localizado no 4º andar do Edifício Quinta Avenida, bloco 5, integrante do empreendimento imobiliário denominado Residencial Manhattan, situado à Av. Dr. Guilherme Dumont Villares, nº 1370 e 1366, esquina com a Rua Mariano Procópio, esquina com a Rua de Moura, nº 899, no 13º Subdistrito Butantã, objeto da matrícula nº 82.334 do 18º CRI da Capital/SP, do qual foi nomeada depositária a Sra Vera Luiza de Andrade. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial do dado legal processo, representado ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07/04/2020. 14 e 15 / 05 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº: 0001342-42.2020.8.26.0003 Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Serviços Profissionais Exequente: Luiz Lopez Dia de Março Ensino Fundamental Ltda Executado: José Luis Freitas dos Santos EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001342-42.2020.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Antonio Botto Mascari, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(ão) JOSÉ LUIS FREITAS DOS SANTOS, RG 28.068.757-6, CPF: 441.133.585-91, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por LICEU 27 DE MARÇO ENSINO FUNDAMENTAL LTDA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$45.822,32, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, seu impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2020. 15 e 16/05

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1009669-78.2015.8.26.0020 Classe: Assunto: Interpelação - Inadimplemento Requerente: Central Park Empreendimentos Imobiliários Ltda. Requerido: Tania Aparecida Pereira dos Santos EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1009669-78.2015.8.26.0020 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Flávia Bezerra Tone Xavier, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(ão) TANIA APARECIDA PEREIRA RODRIGUES SANTOS, CPF 106.408.408-76 que CENTRAL PARK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LIMITADA, lhe ajuizou uma ação de INTERPELAÇÃO JUDICIAL representado pelo instrumento de compromisso de compra e venda de lote 03 da Quadra "N" do loteamento denominado "Vale dos Cisqueiros", estando atualmente inadimplente com as parcelas 020/144 a 058/144, no total de R$ R$ 21.733,59. Estando a interpelada em lugar ignorado, expede-se edital de Notificação para que no prazo de 15 dias, a fluir os 30 dias supra, pague as parcelas vencidas e vincendas, atualizadas, sob pena de rescisão do contrato. Fica interpelado Notificado para os termos da ação, bem como identificadas de que após o cumprimento, pagas as custas e observadas as formalidades legais, e decorridas as 48 horas os autos serão entregues a requerente. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2020. 15 e 16/05

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº: 0001342-42.2020.8.26.0003 Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Serviços Profissionais Exequente: Luiz Lopez Dia de Março Ensino Fundamental Ltda Executado: José Luis Freitas dos Santos EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001342-42.2020.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Antonio Botto Mascari, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(ão) JOSÉ LUIS FREITAS DOS SANTOS, RG 28.068.757-6, CPF: 441.133.585-91, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por LICEU 27 DE MARÇO ENSINO FUNDAMENTAL LTDA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$45.822,32, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, seu impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2020. 15 e 16/05

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1039679-27.2019.8.26.0100 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Defeito,

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouvidoria: 0800-773-2009
CNPJ nº 62.285.390/0001-40
www.socopa.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A SOCOPA conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas, acessar: https://www.bancopaulista.com.br/Conteudo/Gerenciamento_Riscos.aspx.
Os colaboradores da SOCOPA atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos.
Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.
São Paulo, 14 de maio de 2020. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

A T I V O	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Circulante		**189.643**	**205.236**
Disponibilidades	4	5.853	7.962
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**122.717**	**141.058**
Aplicações em operações compromissadas	4/5	20.450	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	102.267	141.058
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**24.393**	**8.893**
Carteira própria	6	9.368	8.893
Vinculados a operações compromissadas	6	732	-
Vinculados à prestação de garantias	6	14.293	-
Outros créditos		**36.610**	**47.262**
Carteira de câmbio	10	2.217	6.500
Rendas a receber	9	10.788	3.730
Negociação e intermediação de valores	11a	7.280	19.000
Diversos	11b	16.625	18.408
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11c	(300)	(376)
Outros valores e bens		**70**	**61**
Despesas antecipadas		70	61
Realizável a longo prazo		**57.712**	**78.027**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**36.048**	**54.596**
Carteira própria	6	102	-
Vinculados a prestação de garantias	6	35.946	54.596
Outros créditos		**21.664**	**23.431**
Diversos	11b	21.664	23.431
Permanente		**1.130**	**315**
Investimentos		2	2
Imobilizado de uso		596	298
Intangível		532	15
Total do ativo		**248.485**	**283.578**

P A S S I V O	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Circulante		**163.927**	**165.572**
Captações no mercado		**730**	-
Carteira própria		730	-
Outras obrigações		**163.197**	**165.572**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		63	278
Carteira de câmbio	10	3.435	6.881
Fiscais e previdenciárias	12a	4.574	4.588
Negociação e intermediação de valores	11a	145.775	140.869
Instrumentos financeiros derivativos		-	4.651
Diversas	12b	9.350	8.305
Exigível a longo prazo		**14.067**	**5.332**
Outras obrigações		**14.067**	**5.332**
Diversas	12b	14.067	5.332
Patrimônio líquido		**70.491**	**112.674**
Capital social	13	66.000	66.000
Reservas de lucros		3.962	46.527
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		529	147
Total do passivo		**248.485**	**283.578**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A ("Corretora" ou "Socopa") está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.
Em virtude do descrito na Nota 2 a seguir, no segundo semestre de 2019 o acionista controlador Banco Paulista S.A. e a Corretora descontinuaram a operação de câmbio e se reestruturam administrativamente e em termos de Governança, dando foco na prestação de serviços de administração, gestão e custódia de títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas expectativas de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto.
Ainda, como estratégia, os sócios decidiram, em fevereiro de 2020, conforme deliberado na Nota 27, por segregar as atividades do Banco e da Socopa, deixando está última de ser subsidiária integral do Banco, sendo que o processo ainda está sob aprovação do Banco Central.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.
Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor, quais sejam:

	Pronunciamento Técnica	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.434/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	4.636/18
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	07/12/12	IAS 13	4.748/19

b) As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 11 de maio de 2020.
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
c) Inicialmente, cumpre esclarecer que o Banco Paulista S.A. (Banco), controlador da Socopa, foi citado em acordo de delação premiada por ex-executivos ligados a Odebrecht. Como consequência, foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central em 13 de abril de 2018, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, sendo que o procedimento se encontra em curso, não sendo de conhecimento até o momento manifestação ou de despacho da autoridade. Para 30 de junho de 2019 a assessoria jurídica do Banco relacionada com este processo se posicionou como não havendo informações suficientes para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas seria requerida.
d) Da mesma forma cabe relatar que, como consequência da delação, o Banco foi autuado pela Receita Federal do Brasil, no final de 2018, referente a (RPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327.721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.
Ainda no decorrer do processo de elaboração das demonstrações contábeis como consequência da delação acima mencionada, em 8 de maio de 2019, o Controlador, Banco Paulista S.A., foi alvo da 61ª fase da Operação Lava Jato, denominada Disfarces de Mamom, na qual o Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultem em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão.
A investigação diz respeito a transações específicas relacionadas à área de câmbio do Banco.
A partir desse fato, o Banco, desconhecedor de quaisquer atos ilícitos, passou por uma reestruturação, sendo constituída uma nova Administração que adotou providências no sentido de auxiliar as autoridades e minimizar os impactos sobre o Banco, quais sejam: destituição dos diretores que foram alvo de buscas e apreensões, suspensão do contrato de prestação de serviços com o terceiro envolvido, fornecimento de informações/documentações a órgãos externos; alterações estatutárias, além de adoção de programa de integridade que consiste na adoção de medidas de fortalecimento da governança e de Compliance, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.
Considerando os acontecimentos, a Administração do Banco decidiu ainda, por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por comitês independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação.
No dia 23 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.
Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:
• O objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco Paulista e terceiros, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
• Foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
• Foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de bases de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
• Foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
• Também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave, de acordo com sua potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas;
• O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:
  – Revisão do sistema de governança
  – Criação de um Canal de Ética;
  – Contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
  – Sistema de monitoramento de transações; e
  – Novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros
Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público, e que foram objeto do auto de infração o que leva à conclusão de que o Banco se depanou com uma questão específica e que soube lidar com a situação, estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.
Mesmo com a conclusão do processo investigativo, a Administração continua empenhada e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.
O Banco continua a reafirmar seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências audazes, em especial medidas de fortalecimento da governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.
À SOCOPA, como subsidária integral do Banco, não foi citada em nenhuma das fases do processo e não está relacionada a nenhum fato objeto da investigação.
Sempre que requisitada e naquilo que for possível, a SOCOPA vem colaborando para a apuração dos fatos.
e) De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros - (Resolução CMN nº 4007/11) os semestres findos em 30 de junho de 2018 estão sendo reapresentados devido ao reconhecimento dos efeitos dos ajustes de períodos anteriores, originados na atualização de Precatórios Próprios, registrados no Grupo de Outros Créditos.
Os efeitos desta reapresentação estão demonstrados abaixo:
Balanços patrimoniais:

Ativo	Divulgação anterior 2018	Ajustes	Saldo ajustado 2018
Circulante	**205.236**	-	**205.236**
Realizável a longo prazo	**79.204**	**(1.177)**	**78.027**
Outros créditos (nota 11b)	24.608	(1.177)	23.431
Permanente	**315**	-	**315**
Total do ativo	**284.755**	**(1.177)**	**283.578**
Passivo			
Circulante	**165.572**	-	**165.572**
Exigível a longo prazo	**5.567**	**(235)**	**5.332**
Outras obrigações (nota 12b)	5.567	(235)	5.332
Patrimônio líquido	**113.616**	**(942)**	**112.674**
Reservas de lucros	47.469	(942)	46.527
Total do passivo	**284.755**	**(1.177)**	**283.578**

Demonstrações do resultado:

	Divulgação anterior 2018	Ajustes	Saldo ajustado 2018
Receitas de intermediação financeira	**16.467**	-	**16.467**
Despesas de intermediação financeira	**27**	-	**27**
Resultado Bruto de intermediação financeira	**16.494**	-	**16.494**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(5.262)**	**157**	**(5.105)**
Outras receitas operacionais (nota 18)	557	157	714
Resultado operacional	**11.232**	**157**	**11.389**
Resultado não operacional	**2**	-	**2**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**11.234**	**157**	**11.391**
Imposto de renda e contribuição social (i)	**(5.406)**	-	**(5.406)**
Participações dos empregados	**(287)**	-	**(287)**
Lucro líquido do semestre	**5.541**	**157**	**5.698**
Lucro por lote de mil ações - R$	**1.731,56**	-	**1.780,63**

(i) Não ocorreram impactos fiscais decorrentes da reapresentação do resultado.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:

	Capital social	Reserva de lucros Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**66.000**	**2.664**	**39.264**	**(80)**	-	**107.848**
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	5.541	5.541
Reserva Legal	-	277	-	-	(277)	-
Reserva Estatutária	-	-	5.264	-	(5.264)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	227	-	227
Divulgação anterior	**66.000**	**2.941**	**44.528**	**147**	-	**113.616**
Ajustes de reapresentação	-	**(21)**	**(921)**	-	-	**(942)**
Saldos em 30 de junho de 2018 - ajustado	**66.000**	**2.920**	**43.607**	**147**	-	**112.674**

Demonstrações dos fluxos de caixa:

	Divulgação anterior 2018	Ajustes	Saldo ajustado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	**5.507**	**157**	**5.664**
Lucro líquido ajustado do semestre	**5.507**	**157**	**5.664**
Lucro líquido do semestre	**5.541**	**157**	**5.698**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido	**(34)**	-	**(34)**
Variação de ativos e passivos	**(34.726)**	**(157)**	**(34.883)**
(Aumento) em outros créditos	(22.322)	(197)	(22.519)
(Redução) em outras obrigações	(3.503)	(40)	(3.543)
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	-	80	80
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	**(29.219)**	-	**(29.219)**
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	**(81)**	-	**(81)**
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(29.300)**	-	**(29.300)**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	67.436	-	67.436
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	38.136	-	38.136
	(29.300)	-	**(29.300)**

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com heranças, bem como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos que lastreiam as operações.
d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.
Títulos disponíveis para venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.
Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manti-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.
Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:
• *Operações de futuros* - os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados proporcionalmente ao resultado.
• *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas com base na fluência dos contratos até a data do balanço.
• *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.
As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.
e) Negociação e intermediação de valores
Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.
f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar perdas ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.
Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.
g) Permanente
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados a manutenção das atividades da Instituição ou adquirido com essa finalidade.
O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para demais itens.
Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e pertas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.
h) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2019.
Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização elou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas abaixo de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.
i) Operação de câmbio
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais ativas e passivas, e constituídos de perdas estimadas, quando aplicável, nos termos da Resolução nº 2.682/99.
j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no item 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
k) Lucro ou prejuízo por ação
O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	4.438	4.364
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.415	3.598
Caixa e equivalentes	**5.853**	**7.962**
Aplicações em operações compromissadas (nota 5a e 21)	20.450	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5b e 21)	-	30.174
Operações compromissadas e depósitos interfinanceiros com vencimento até 90 dias	**20.450**	**30.174**

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas

	2019	2018
Revendas a liquidar	**1 a 30 dias**	**Total**
Posição bancada:	**20.450**	**20.450**	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (notas 4 e 21)	20.450	20.450	-
Total	**20.450**	**20.450**	-

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R$ 874 (R$ 952 em 2018).
b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em depósitos interfinanceiros - Ligadas (notas 4 e 21)	2019	2018
Vencimento até 90 dias	-	30.174
Vencimento de 90 a 360 dias	102.267	110.884
	102.267	**141.058**

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R$ 4.334 (R$ 4.230 em 2018).

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2019		2018	
Títulos para negociação	**Custo (i)**	**Mercado (ii)**	**Custo (i)**	**Mercado (ii)**
Carteira Própria - livres	**9.374**	**9.368**	**8.908**	**8.893**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.282	5.281	10	10
Nota do Tesouro Nacional - NTN	-	-	623	638
Cotas de Fundo de Investimentos	4.073	4.073	2.132	2.132
Debêntures	4	4	1.530	1.453
Ações de companhias abertas	-	-	4.602	4.651
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	-	-	1	1
Certificado de Recebíveis Agrícolas - CRA	-	-	5	5
Títulos da Dívida Agrária - TDA	15	10	5	3
Vinculados a operações compromissadas	**732**	**732**	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	732	732	-	-
Vinculados a prestação de garantias	**4.297**	**4.297**	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.297	4.297	-	-
Total de títulos para negociação	**14.403**	**14.397**	**8.908**	**8.893**
Títulos disponíveis para venda				
Carteira Própria - livres	**102**	**102**	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	102	102	-	-
Vinculados à prestação de garantias	**44.315**	**45.942**	**54.064**	**54.596**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	35.940	35.946	45.203	45.205
Cotas de Fundo de Investimentos	8.375	9.996	8.861	9.391
Total de títulos disponíveis para venda	**44.417**	**46.044**	**54.064**	**54.596**
Total	**58.820**	**60.441**	**62.972**	**63.489**

(i) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços;
(ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. Para cotas de fundos de investimentos, o valor é atualizado de acordo com a cota fornecida pela Administração do Fundo, para as debêntures, são utilizados os dados divulgados no site www.debentures.com.br.
No semestre findo em 30 de junho de 2019, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R$ 7.123 sendo R$ 5.291 com Títulos Privados (R$ 1.831 em 2018) e R$ 1.842 com Títulos Públicos (R$ 1.832 em 2018).
b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2019 Total	2018 Total
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	4.297	6.013	10.310	10
Nota do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	638
Cotas de Fundo de Investimentos	4.073	-	-	-	4.073	2.132
Debêntures	-	2	-	2	4	1.453
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	-	4.651
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	-	-	-	-	-	1
Certificado de Recebíveis Agrícolas - CRA	-	-	-	-	-	5
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	10	-	-	10	3
Total de títulos para negociação (i)	**4.073**	**12**	**4.297**	**6.015**	**14.397**	**8.893**
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	35.844	204	36.048	45.205
Cotas de Fundo de Investimentos	9.996	-	-	-	9.996	9.391
Total de títulos disponíveis para venda (i)	**9.996**	**-**	**35.844**	**204**	**46.044**	**54.596**
Total	**14.069**	**12**	**40.141**	**6.219**	**60.441**	**63.489**

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Receitas de intermediação financeira		**13.948**	**16.467**
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		12.331	10.645
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(69)	(67)
Resultado com operações de câmbio		1.686	5.889
Despesas de intermediação financeira		**68**	**27**
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		68	27
Resultado bruto de intermediação financeira		**14.016**	**16.494**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(840)**	**(5.105)**
Receitas de prestação de serviços	14	73.675	61.540
Despesas de pessoal	15	(30.566)	(26.236)
Despesas administrativas	16	(35.502)	(33.451)
Despesas tributárias	17	(7.726)	(6.453)
Outras receitas operacionais	18	2.330	714
Outras despesas operacionais	19	(3.051)	(1.219)
Resultado operacional		**13.176**	**11.389**
Resultado não operacional		**5**	**2**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**13.181**	**11.391**
Imposto de renda e contribuição social	**20**	**(4.214)**	**(5.406)**
Provisão para imposto de renda		(2.370)	(3.000)
Provisão para contribuição social		(1.354)	(2.469)
Ativo fiscal diferido		(490)	63
Participações dos empregados		**(3.038)**	**(287)**
Lucro líquido no semestre		**5.929**	**5.698**
Lucro líquido por ação - R$		**1.852,81**	**1.780,63**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	**66.000**	**2.635**	**38.194**	**(80)**	-	**106.749**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.698	5.698
Reserva legal	-	285	-	-	(285)	-
Reserva estatutária	-	-	5.413	-	(5.413)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	227	-	227
Saldos em 30 de junho de 2018 (reapresentado)	**66.000**	**2.920**	**43.607**	**147**	-	**112.674**
Mutações no semestre	-

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouvidoria: 0800-773-2009
CNPJ nº 62.285.390/0001-40
www.socopa.com.br

...Continuação

15 DESPESAS DE PESSOAL

	2019	2018
Proventos	18.228	15.856
Encargos sociais	6.204	5.282
Benefícios	3.907	2.958
Honorários	2.192	2.093
Treinamentos	35	47
	30.566	**26.236**

16 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Serviços técnicos especializados	8.917	8.466
Serviços do sistema financeiro	11.353	9.644
Processamento de dados	10.007	10.324
Aluguéis	1.305	1.125
Promoções e relações públicas	275	49
Propaganda e publicidade	547	811
Comunicações	242	169
Serviços de terceiros	960	860
Outras	1.896	2.003
	35.502	**33.451**

17 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	3.007	2.559
Contribuição à COFINS	3.517	3.119
Contribuição ao PIS	572	507
Outras	630	268
	7.726	**6.453**

18 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de créditos baixados em prejuízo	398	33
Recuperação de encargos e despesas	75	74
Reversão de provisão para riscos fiscais (i)	1.206	-
Encargos sobre salários devedores de clientes	171	244
Variações monetárias ativas	9	-
Atualizações de depósitos judiciais	25	28
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	52	186
Outras receitas de fundos	387	-
Receitas de verbas indenizatórias previdenciárias	-	145
Outras	7	4
	2.330	**714**

(i) Reversão de Contingências fiscais, sendo R$ 8 devido alteração da probabilidade de perda "provável" para "possível"; R$ 619, processo quitado através de parcelamento na PMSP e; R$ 579 processo Financial - execução de julgado.

19 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Amortizações e depreciações	141	56
Contingências - Judiciais e legais (nota 24b)	129	28
Despesas de fundos	629	150
Tarifa de agente de compensação	90	90
Taxa de custódia de fundos	31	245
Taxa de performance	-	152
Atualizações de precatórios	-	52
Multas - BSM	-	80
Perdas com clientes	510	294
Acordo ANBIMA (i)	500	-
Baixas de depósitos judiciais	123	-
Taxa de fiscalização CVM de fundos	175	-
Reversão de custas recebidas especiais	220	-
Levantamento de depósitos judiciais (ii)	424	-
Outras	99	72
	3.051	**1.219**

(i) Termo de compromisso entre SOCOPA e ANBIMA acerca da adoção de melhores práticas, controles e processos relacionados às atividades de administração e distribuição.
(ii) Valor convertido para União devido levantamento de Depósito Judicial.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações nos lucros	13.797	11.391
Participação nos lucros	(3.038)	(287)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e depois das participações	**10.143**	**11.104**
Adições e exclusões	**2.067**	**1.398**
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(68)	(27)
Provisão para riscos fiscais e para contingências	(1.158)	168
Outras adições e exclusões	3.293	1.257
Base de cálculo	**12.210**	**12.502**
Imposto de renda	2.443	3.074
Deduções de incentivos fiscais	(73)	(74)
Imposto de renda - Valores correntes	**2.370**	**3.000**
Contribuição social - Valores correntes	1.354	2.469
Afivo fiscal diferido	(490)	(63)
Total imposto de renda e contribuição social	**4.214**	**5.406**

b) Créditos tributários
As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	300	368
Provisão para riscos fiscais e contingências	5.602	6.680
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação/Disponível para venda	(172)	225
	5.730	**7.273**

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

Descrição	Saldo 31/12/2017	Constituição	Realização/ reversão	Saldo 30/06/2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	168	-	(12)	156
Provisão para riscos fiscais e para contingências	71	1.694	-	1.765
Total dos Créditos Tributários (i)	**239**	**1.694**	**(12)**	**1.921**

Descrição	Saldo 31/12/2018	Constituição	Realização/ reversão	Saldo 30/06/2019
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	146	-	(27)	119
Provisão para riscos fiscais e para contingências	2.763	-	(590)	2.173
Total dos Créditos Tributários (i)	**2.909**	**-**	**(617)**	**2.292**

(i) Os créditos tributários são compostos dos seguintes valores:

	2019	2018
Outros créditos diversos - Créditos tributários (nota 11b)	2.593	1.921
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 12a)	(301)	-
Total dos Créditos Tributários	**2.292**	**1.921**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza dos créditos. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.
O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2019 é de R$ 2.139 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social em montante que justifique a ativação de tais valores.
A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente refletidas nas demonstrações contábeis.
A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2019	2020	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	107	119
Provisão para riscos fiscais e para contingências	217	1.956	2.173
Total	**229**	**2.063**	**2.292**
Valor presente	**215**	**1.924**	**2.139**

21 PARTES RELACIONADAS

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

a) Saldos das transações com o Controlador

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades	4.625	3.914	-	-
Aplicações em operações compromissadas (notas 4/5)	20.450	-	874	952
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5)	102.267	141.058	4.334	4.230
Negociação e intermediação de valores	-	910	-	-
Credores conta "Liquidações pendentes"	(2.100)	(76)	-	-
Além das operações acima discriminadas, a Socopa firmou um contrato de convênio de rateio com o Banco das despesas comuns, sendo R$ 5.874 (R$ 5.629 em 2018).

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração
Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. A remuneração total do pessoal-chave da Administração no semestre foi de R$ 2.685 (R$ 2.564 em 2018) a qual é considerada benefício de curto prazo:

	2019	2018
Remuneração fixa	2.192	2.093
Encargos sociais	493	471
Total	**2.685**	**2.564**

A Corretora não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

22 CUSTÓDIA DE VALORES

Encontram-se custodiadas na B3, em nome de clientes, 3.300.146 mil ações (5.351.909 mil ações em 2018), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R$ 1,00 cada.

23 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Em 30 de junho de 2019, a Corretora administrava R$ 37.484.296 (R$ 29.159.265 em 2018) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Fundos de investimentos em participações	3.231.724	1.382.837
Fundos de investimentos em direitos creditórios	10.099.615	7.973.467
Fundos de investimento em direitos creditórios - Não padronizados	11.742.083	9.648.684
Fundos de investimento multimercados	5.752.793	4.690.721
Fundos de investimento multimercados - Exterior	2.915.994	1.874.824
Fundos de investimentos imobiliários	800.584	1.658.668
Fundos de investimento em ações	371.902	460.934
Fundos de investimentos em cotas FIDC	1.188.899	902.913
Fundos de investimento em renda fixa	137.843	308.813
Clubes de investimentos	34.858	66.965
Carteiras administradas	1.208.005	190.439
Subtotal	**37.484.296**	**29.159.265**

Aplicações em fundos e clubes de investimentos

	2019	2018
Passivo circulante	(6.502.783)	(5.879.409)
Total líquido de recursos de terceiros	**30.981.513**	**23.279.856**

24 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Corretora não possuía ativos contingentes contabilizados.
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais
Em 30 de junho de 2019 as contingências e as obrigações legais, com risco de perda classificada como provável, totalizam R$ 14.067 (R$ 5.227 em 2018), substancialmente representados pelos seguintes processos:
1. Processo civil no montante de R$ 5.252, referente a ações indenizatórias.
2. Processo fiscal junto à Comissão de Valores Mobiliários no montante de R$ 6.661, para o qual foram efetuados depósitos em garantia que monta na data do balanço, e de R$ 17.763 (R$ 17.763 em 2018), registrado contabilmente na rubrica "Outros créditos diversos", no realizável a longo prazo. Este processo se refere a cobrança indevida de correção monetária, sobre o valor principal da multa, realizada pela CVM.
A movimentação das provisões para contingências no semestre e a composição dos depósitos judiciais estão abaixo apresentadas:

	Provisão para contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (i)	Outros	Total 2019
Saldo no início do semestre	**350**	**5.142**	**2.991**	**6.661**	**15.144**
Constituições (nota 19)	-	110	19	-	129
Realizações/reversões (nota 18)	-	-	(1.206)	-	(1.206)
Saldo no final do semestre	**350**	**5.252**	**1.804**	**6.661**	**14.067**

(i) O montante de R$ 1.804 refere-se à reclassificação contábil, no 1º semestre de 2018, entre obrigação diferida e passivo fiscal.

	Depósitos judiciais		
	Trabalhistas	Fiscais	Outros	Total 2019	Total 2018
Saldo no início do semestre	**18**	**1.608**	**17.974**	**19.600**	**20.908**
Atualizações	-	25	-	25	28
Constituições	-	-	-	-	172
Realizações/reversões	(7)	(547)	-	(554)	(128)
Saldo no final do semestre	**11**	**1.086**	**17.974**	**19.071**	**20.985**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
Em 30 de junho de 2019 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 15 processos (14 processos em 2018) de natureza civel que somam R$ 5.081 (R$ 3.116 em 2018) e 1 processo fiscal (processos em 2018) de natureza fiscal que somam R$ 2.577 (R$ 2.545 em 2018), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda).
Na Comissão de Valores Mobiliários existem processos em andamento (nota 24b).

25 LIMITES OPERACIONAIS

O índice da Basileia, para a data-base de 30 de junho de 2019, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13, é de 16,89% para o Conglomerado Financeiro.

26 PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

A Corretora, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados a Corretora, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas específicas que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Reorganização societária
Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco Paulista (Controlador) para deliberarem sobre a "reorganização societária" da Corretora, reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Socopa aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista.
Foi deliberado a redução de capital social e formar as estruturas societárias do Banco Paulista e da Socopa independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Socopa para os acionistas, desvinculando-se de subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:
- A Socopa reduziu seu Capital, no montante de R$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco Paulista de recursos em valor equivalente;
- O Banco Paulista, reduziu o Capital Social em R$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Socopa aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco Paulista, no montante de R$ 38.000 a ser subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional.

Banco Central.
Aguardamos a Carta de homologação pelo Banco Central.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis
A Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora" ou "Socopa"), em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19. Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema *home office* e reuniões não presenciais.
A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua atendendo normalmente.
Reconhece que, apesar das limitações atuais para se quantificar os impactos financeiros, dada a imprevisibilidade dos desdobramentos que afetarão o mercado, está preparada para os desafios pois apresenta uma situação de solidez confortável, representada pelos seus índices econômicos.

DIRETORIA EXECUTIVA
ANA CRISTINA ALVES AFONSO - Contadora - CRC 1SP 234.300/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios e Administradores da
Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A.
São Paulo - SP
Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis
Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.
Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis
Investigações realizadas pela Administração
Em função dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Ministério Público Federal (MPF) a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como "Operação Lava Jato - Disfarces de Mamom", conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.c., a atual Administração do Banco Paulista S.A. ("Controlador" ou "Banco") iniciou investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação. A investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos junto ao time de investigação conduzida por escritório de advocacia e empresa especializada em riscos, tendo sido iniciada em 15 de março 2019 e concluída em 26 de março de 2020, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.c. Esta investigação interna não arrangou outros prestadores de serviços que não os constantes das investigações conduzidas por autoridades públicas federais.
O processo investigativo apontou que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentaram evidências apropriadas e suficientes para comprovar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam valor ou racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores.
Sobre o processo administrativo conduzido pelo BACEN contra o Banco, conforme nota explicativa nº 2.c, os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa divulgar ou ainda determinar se uma provável perda pode ser quantificada. Assim, as investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, venham a ser requeridos como parte de todo o processo de investigação deflagrado.
Adicionalmente, neste momento, não possuímos estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, nem os eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Corretora findas em 30 de junho de 2019 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.
Circularização de instituições financeiras brasileiras
Como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 30 de junho de 2019. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos de auditoria, não tivemos recebido a totalidade das respostas de circularização, não tendo sido possível, através da aplicação de procedimentos de alternativas de auditoria, assegurarmos quanto a existência de outras operações que não aquelas registradas nas contas do Banco. Como consequência, não foi possível concluir sobre eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis da Corretora findas na data, caso este procedimento tivesse sido concluído de forma satisfatória.
Disponibilidades em moeda estrangeira
Conforme Nota Explicativa nº 4, em 30 de junho de 2019 a Corretora apresenta disponibilidades em moeda nacional e estrangeira no montante de R$ 5.853 mil, dos quais R$ 529 mil é constituído por contas correntes estrangeiras mantidas em espécie, para as quais até a conclusão de nosso exame, não foram apresentadas documentações apropriadas e suficientes e controles internos que pudessem corroborar o referido saldo, não tendo sido possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a correta apresentação daquele valores. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações sobre as demonstrações contábeis da Corretora referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.
Documentação suporte de operações de câmbio
Em 30 de junho de 2019 a Corretora possui operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis "Carteira de câmbio - ativo", "Devedores diversos no país", "Carteira de câmbio - passivo", e "Comissões a pagar sobre operações de câmbio", nos montantes de R$ 2.217 mil, R$ 11.036 mil, R$ 3.435 mil e R$ 2.119 mil, respectivamente, para as quais não foram apresentadas documentações contábeis de clientes e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas, não tendo sido possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativas de auditoria, concluirmos sobre a correta apresentação daquele valores. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações sobre as operações de câmbio e seus impactos sobre as demonstrações contábeis da Corretora referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.
Documentação suporte
Em 30 de junho de 2019 a Corretora possuía saldos registrados nas rubricas contábeis "Cotas de Fundos de Investimento", "Rendas a receber", "Taxa depositária do Tesouro Nacional" e "Credores diversos" nos montantes de R$ 14.049 mil, R$ 10.788 mil, R$ 1.221 mil e R$ 956 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentados documentos e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas, não tendo sido possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para corroborar com os valores contabilizados. Como consequência, não nos foi possível avaliarmos os impactos destas limitações sobre as demonstrações contábeis da Corretora referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.
Ausência de atualização de processos judiciais
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, a Corretora é contraparte de processo administrativo aberto pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), no qual é requerida cobrança de multa imposta nos autos do processo administrativo sancionador RKS CVM 06/94, para o qual foi constituída provisão de R$ 6.661 mil. O parecer dos assessores da Corretora indica prognóstico de perda provável neste montante, contudo nossos procedimentos de auditoria indicaram que o valor provisionado não contemplava as correções monetárias incidentes e está categoria de processo, cujos montantes acumulados em 30 de junho de 2019 correspondem a R$ 4.421 mil, sendo R$ 331 mil correspondente ao semestre corrente. Nesse sentido em 30 de junho de 2019, o passivo da Corretora está subavaliado em R$ 2.653 mil, sendo R$ 198 mil, no semestre, o montante do patrimônio líquido está superavaliado nesse mesmo montante. Adicionalmente, o resultado do período findo em 30 de junho de 2019 está superavaliado em R$ 199 mil, líquido de efeitos tributários.
Reconhecimento de receitas
No semestre findo em 30 de junho de 2019 a Corretora reconheceu resultado com tributos e valores mobiliários, receita de serviços e receita de juros e dividendos, no montante de R$ 1.221 mil, R$ 73.675 mil, R$ 2.330 mil e R$ 3.051 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentados documentos e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas, não tendo sido possível fazê-lo através de procedimentos alternativos de auditoria. Consequentemente, não nos foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes sobre este montante e seus respectivos impactos nas demonstrações contábeis da Corretora findas em 30 de junho de 2019.
Outras
Reapresentação das demonstrações contábeis
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.d as demonstrações contábeis, que descreve que, em decorrência de retificações de erro, os valores correspondentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº4.007/11.
Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2018
As demonstrações contábeis originais da Corretora relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 21 de agosto de 2018, com ênfase na não modificação na opinião, e que estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa Nº 2.d. Esses ajustes foram auditados pelos mesmos auditores das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2018, contudo, nossos demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018, cujo relatório de auditoria foi datado em 02 de dezembro de 2019, sem modificação de opinião com relação a este assunto.
Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2018
As demonstrações contábeis da Corretora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 02 de dezembro de 2019, continha abstenção de opinião referente aos seguintes assuntos:
Investigações realizadas pela Administração
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.c, em função do processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil em 15 de junho de 2018 e processos de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do acionista controlador, Banco Paulista S.A. do processo de investigação pelas autoridades públicas federais, na operação conhecida como "Disfarces de Mamom", a Administração do acionista controladora adotou ações investigativas com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus colaboradores e administradores relacionados a essas alegações. Entretanto, como esses trabalhos, incluindo o processo de investigação interna, bem como os referidos processos, ainda encontram-se em andamento, e as ações investigativas que estão sendo conduzidas pela Administração ainda não são conclusivas, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir sobre os eventuais impactos existentes nas demonstrações financeiras da Corretora. Adicionalmente, neste momento, também não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas e seus possíveis impactos para o acionista controlador, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Corretora do acionista controlador, Banco Paulista S.A. passadas e presentes.
Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.e, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, incluindo sua dedutibilidade no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - "IRPJ" e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - "CSLL" do período de 2013 a 2015. A Corretora, como resultado de investigações internas, identificou pagamentos a empresas incluídas, direta ou indiretamente na investigação "Disfarces de Mamom", durante os exercícios de 2013 a 2018. Os órgãos de governança do acionista controlador, Banco Paulista S.A., autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações e, neste momento, não nos foram disponibilizadas as respectivas documentações suporte de forma a aplicarmos procedimentos de auditoria e, assim concluir sobre os eventuais ajustes, caso haja, nas demonstrações financeiras da Corretora."
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Corretora de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.
Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas.
São Paulo, 14 de maio de 2020

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1016459-61.2017.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Bello Mazoni, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Construtora Cafiado Ltda (CNPJ:43.809.227/0001-66), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Locatleh Services Ltda EPP, processo nº 1016459-61.2017.8.26.0003, que a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 10.780,11. Estando a executada em local ignorado, fica deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na qualidade dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.
14 e 15 / 05 / 2020

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A
Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/ME nº 32.023.336/0001-66 – NIRE 35.300.528.085
Edital de Convocação para Assembleia Geral de Titulares das Debêntures Integradas da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em 2 Séries, para colocação Privada

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A., sociedade anônima sem registro de emissor de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, Sala 07, CNPJ/ME nº 32.023.336/0001-66 ("**Emissora**"), pelo presente edital de convocação ("**Edital**") e na forma da Cláusula 7 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em 2 Séries, para Colocação Privada, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros V S.A." ("**Escritura**"), e na forma do artigo 71, § 2º, e do artigo 124, ambos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), e da Instrução CVM nº 583, de 16/12/2016, conforme alterada ("**ICVM 583**"), aos titulares das Debêntures da 1ª Emissão da Emissora (os "**Debenturistas**", "**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), para se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**"), que ocorrerá no dia 21/05/2020, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) solicitação do Grupo Pobre Juan para alteração das regras de pagamento de amortização de principal e da Remuneração das CCB que lastreiam as Debêntures e, consequentemente, a alteração das regras de pagamento da Remuneração das Debêntures e das Juros Remuneratórios das Debêntures, em decorrência dos impactos da COVID-19 ("**Re-escalonamento**"), de acordo com os seguintes termos e condições: 1. Carência de amortização dos Juros Remuneratórios e do Valor Nominal Unitário pelos próximos 3 meses; de maio de 2020 (inclusive) a julho de 2020 (inclusive), nenhum pagamento será devido, seja a título de amortização do saldo do Valor Nominal Unitário, seja a título de Juros Remuneratórios ("**Carência Total**"); 2. Carência de amortização do Valor Nominal Unitário e redução dos Juros Remuneratórios pelos 5 meses subsequentes; de agosto de 2020 (inclusive) a dezembro de 2020 (inclusive), permanecerá a carência com relação à amortização do Valor Nominal Unitário e haverá redução pela metade dos Juros Remuneratórios pré-fixados que incidirão sobre as Debêntures, que passarão de 20% ao ano para 10% ao ano ("**Carência da Amortização e Redução dos Juros Remuneratórios**"), em conjunto com a Carência Total, as "**Carências**" e individualmente cada uma delas, "**Carência**"; e a partir de janeiro de 2021 (inclusive), o cronograma de pagamento originário estabelecido deverá ser retomado, de modo que os valores relativos aos Juros Remuneratórios e ao Valor Nominal Unitário originalmente devidos e não pagos em razão das Concessões ("**Juros Remuneratórios e Valor Nominal Unitário Originais**") serão incorporados ao saldo do Valor Nominal Unitário devedor. Ou seja, além dos Juros Remuneratórios voltarem ao patamar de 20% ao ano e de o saldo do Valor Nominal Unitário devedor voltar a ser pago normalmente, o saldo do Valor Nominal Unitário devedor será acrescido dos valores relativos aos Juros Remuneratórios e Valor Nominal Unitário Originais não pagos (i) conforme de maneira ao cumprimento do subitem (xxvii) da cláusula 7.1 das CCB até dezembro de 2020, de forma a não ser decretado vencimento antecipado das CCB até referida data caso, por mais de 3 vezes a cada período de 6 meses ou por 2 meses consecutivos, não tenham pela Conta Vinculada pagamentos oriundos de Recebíveis de Cartão em um montante no mínimo igual ao Valor Mínimo de Recebíveis de Cartão de R$ 5.000.000,00 por mês-calendário; (ii) celebração de novo instrumento entre a Emissora e a Pobre Juan e sociedades integrantes do seu grupo econômico, formalizando a cessão fiduciária de novos direitos creditórios em garantia das Obrigações Garantidas; (iv) celebração entre a Emissora, a Pobre Juan e as sociedades integrantes do seu grupo econômico e o Banco Santander (Brasil) S.A., de aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Marcas, a fim de formalizar a transferência, à Emissora, da alienação fiduciária existente sobre a marca "Pobre Juan"; e (v) autorização, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para celebrarem os aditamentos aos Documentos da Securitização necessários para formalizar o quanto deliberado na forma dos itens anteriores do item

BANCO PAULISTA

BANCO PAULISTA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouvidoria: 0800-772-6116
CNPJ nº 61.820.817/0001-09
www.bancopaulista.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Banco Paulista relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).
Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O lucro líquido do Banco Paulista no semestre alcançou R$ 14,4 milhões e o patrimônio líquido R$ 234,3 milhões. Os ativos totalizaram R$ 2,1 bilhões e estavam formados por R$ 98,3 milhões de Operações de Câmbio, R$ 422,5 milhões de Operações de Crédito e R$ 492 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os Recursos Captados representam R$ 2,6 bilhões.
Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional das Áreas e na segregação de funções. Para informações detalhadas, acessar: https://www.bancopaulista.com.br/Conteudo/Gerenciamento_Riscos.aspx.
O Banco Paulista vem adotando um conjunto de ações e medidas, que visam à proteção da Instituição, e que já estão contribuindo, efetivamente, para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.
Motivado, principalmente, pela deflagração de nova fase da Operação Lava Jato, em que são investigadas operações de lavagem de dinheiro relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, cujos fatos foram divulgados na imprensa, o Banco, após o dia 08/05/2019, realizou importantes movimentos para o aprimoramento e o fortalecimento de sua Governança.
Dentre as ações, o Banco reafirma seu comprimisso por um programa de Compliance efetivo e estruturado, que pessoa pela revisão e elaboração de novos mecanismos de controle, tendo sido implementadas ações como: a revisão do sistema de Governança, b) criação de um Canal de Ética, c) contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar o Departamento, d) sistema de monitoramento de transações e, e) novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.
O Banco, diante dos fatos ocorridos e, por iniciativa da Administração, constituiu um Comitê de Investigação composto por membros independentes. Esse Comitê tem a função de supervisionar a realização da auditoria forense que era conduzida pelo escritório Felsberg Advogados que, juntamente com a Control Risks Brasil, tinham a função de investigar a existência de eventual irregularidade sob os aspectos jurídicos, financeiros, processuais, informativos e tecnológicos.
No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação, onde não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que já estavam sob análise. Quanto à infração mencionada na nota explicativa 17.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.
Adicionalmente e de forma concomitante, o Banco iniciou a revisão de sua estrutura organizacional e do seu Estatuto Social com o objetivo de melhor adequação aos procedimentos internos implementados.
O compromisso da Administração do Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a respeitar e a manutenção informações relevantes, tempestivas e fidedignas.
Agradecimentos: A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela preferência e, acima de tudo, pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.
São Paulo, 14 de maio de 2020. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Circulante		**1.337.836**	**2.508.942**
Disponibilidades		**301.605**	**443.243**
Em moeda nacional	4	68.329	32.209
Em moeda estrangeira	4	233.276	411.034
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**528.894**	**1.186.536**
Aplicações no mercado aberto	4/5	527.086	1.180.089
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	1.808	6.447
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**49.543**	**88.677**
Carteira própria	6	33.743	84.346
Vinculados à prestação de garantias	6	14.417	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.383	4.331
Relações interfinanceiras		**25.070**	**23.968**
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.701	584
Créditos vinculados		23.369	23.384
Operações de crédito		**243.765**	**257.728**
Operações de crédito - Setor privado	8	252.543	264.697
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(8.778)	(6.969)
Outros créditos		**186.443**	**505.489**
Carteira de câmbio	9	98.272	347.066
Negociação e intermediação de valores		14.247	22.327
Diversos	10	74.301	136.877
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(221)	(781)
(-) Provisão sem characteristica de concessão de crédito		(156)	-
Outros valores e bens		**2.516**	**3.301**
Despesas antecipadas	11	594	387
Outros valores e bens	11	1.922	2.914
Realizável a longo prazo		**666.250**	**689.662**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		**442.409**	**450.422**
Carteira própria	6	214.201	152.168
Vinculados a operações compromissadas	6	138.750	201.677
Vinculados à prestação de garantias	6/7	89.458	96.577
Operações de crédito		**179.057**	**202.049**
Operações de crédito - Setor privado	8	185.505	207.512
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(6.448)	(5.463)
Outros créditos		**44.784**	**37.191**
Diversos	10	44.784	37.191
Permanente		**81.135**	**121.583**
Investimentos		**72.947**	**114.494**
Participações em coligadas e controladas no País	12	70.491	112.674
Outros investimentos		2.708	2.072
(-) Provisões para Perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		**2.148**	**2.399**
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		7.398	7.734
(-) Depreciações acumuladas		(6.207)	(6.292)
Intangível		**6.040**	**4.690**
Ativos intangíveis	13	8.997	6.971
(-) Amortizações acumuladas	13	(2.957)	(2.281)
Total do ativo		**2.085.221**	**3.320.187**

PASSIVO	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Circulante		**1.384.505**	**2.737.528**
Depósitos		**464.670**	**630.265**
Depósitos à vista	14	115.690	139.899
Depósitos interfinanceiros	14	104.081	156.332
Depósitos a prazo	14	244.899	334.034
Captações no mercado aberto		**649.267**	**1.338.747**
Carteira própria	15	138.387	198.816
Carteira de terceiros	15	510.880	1.139.931
Recursos de aceites e emissão de títulos		**38.903**	**68.048**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias	16	38.903	68.048
Relações interdependências e interfinanceiras		**46.412**	**170.573**
Recebimentos e pagamentos a liquidar		379	282
Correspondentes		622	644
Recursos em trânsito de terceiros		45.411	169.649
Obrigações por empréstimos e repasses		**10.090**	**39.219**
Obrigações em moeda estrangeira	16	1.969	30.227
Repasses no País - Instituições oficiais	16	8.121	8.992
Outras obrigações		**175.163**	**490.676**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		764	937
Carteira de câmbio	9	92.446	353.540
Fiscais e previdenciárias	17a	8.717	16.225
Sociais e estatutárias	18c	-	5.274
Negociação e intermediação de valores		52.868	46.793
Dívida subordinada	17b	-	39.753
Instrumentos financeiros derivativos	7	362	-
Diversas	17c	20.006	28.154
Exigível a longo prazo		**466.409**	**343.317**
Depósitos		**313.574**	**274.406**
Depósitos a prazo	14	313.574	274.406
Recursos de aceites e emissão de títulos		**78.609**	**27.128**
Recursos e letras imobiliárias, hipotecárias	16	78.609	27.128
Outras obrigações		**74.226**	**41.783**
Fiscais e previdenciárias	17a	41.045	6.929
Dívida subordinada	17b	30.095	28.045
Diversas	17c	3.086	6.809
Patrimônio líquido		**234.307**	**239.342**
Capital Social - Domiciliado no país	18	206.300	193.500
Reservas de lucros		23.449	44.734
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos		4.558	1.108
Total do passivo		**2.085.221**	**3.320.187**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**177.000**	**16.500**	**9.109**	**15.548**	**1.855**	-	**220.012**
Aumento de capital	16.500	(16.500)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	25.351	25.351
Reserva legal	-	-	1.268	-	-	(1.268)	-
Reserva estatutária	-	-	-	18.809	-	(18.809)	-
Juros sobre o capital próprio provisionado	-	-	-	-	-	(5.274)	(5.274)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	(974)	-	(974)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	227	-	227
Saldos em 30 de junho de 2018 (reapresentado)	**193.500**	-	**10.377**	**34.357**	**1.108**	-	**239.342**
Mutações no semestre	**16.500**	**(16.500)**	**1.268**	**18.809**	**(747)**	-	**19.330**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**193.500**	**12.800**	**9.077**	-	**3.357**	-	**218.734**
Aumento de capital	12.800	(12.800)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	14.372	14.372
Reserva legal	-	-	718	-	-	(718)	-
Reserva estatutária	-	-	-	13.654	-	(13.654)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	1.010	-	1.010
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	191	-	191
Saldos em 30 de junho de 2019	**206.300**	-	**9.795**	**13.654**	**4.558**	-	**234.307**
Mutações no semestre	**12.800**	**(12.800)**	**718**	**13.654**	**1.201**	-	**15.573**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Receitas de intermediação financeira		**173.974**	**188.842**
Operações de crédito	8h	35.274	32.052
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		52.142	56.732
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	12.244	(3.476)
Resultado com operações de câmbio		74.314	103.534
Despesas de intermediação financeira		**(84.829)**	**(85.328)**
Despesas de captação no mercado	19	(71.529)	(70.240)
Operações de empréstimos e repasses		(9.289)	(12.110)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(4.011)	(2.978)
Resultado bruto de intermediação financeira		**89.145**	**103.514**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(65.915)**	**(57.826)**
Receitas de prestação de serviços	20	32.130	31.390
Despesas de pessoal	21	(40.755)	(29.386)
Despesas administrativas	22	(54.214)	(47.948)
Despesas tributárias		(8.904)	(8.466)
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	5.929	5.698
Outras receitas operacionais	23	14.180	5.229
Outras despesas operacionais	24	(14.281)	(14.343)
Resultado operacional		**23.230**	**45.688**
Resultado não operacional		**573**	**(1.545)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**23.803**	**44.143**
Imposto de renda e contribuição social	**25**	**(5.672)**	**(16.761)**
Provisão para imposto de renda		(4.783)	(10.221)
Provisão para contribuição social		(2.425)	(8.388)
Ativo fiscal diferido		1.536	1.848
Participações estatutárias no lucro		**(3.759)**	**(2.031)**
Lucro líquido no semestre		**14.372**	**25.351**
Juros sobre capital próprio provisionado		-	**(5.274)**
Lucro por lote de mil ações - R$		**48,22**	**88,88**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018 (reapresentado)
Lucro líquido ajustado do semestre	**11.823**	**22.202**
Lucro líquido do semestre	**14.372**	**25.351**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	**(2.549)**	**(3.149)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	4.011	2.978
Provisões para impostos de renda e contribuição social diferidos	(1.536)	(1.848)
Depreciações e amortizações (nota 24)	726	508
Resultado de participações em controladas (nota 12)	(5.929)	(5.698)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(70)	(70)
Outras atualizações monetárias	-	(107)
Reversões de depósitos judiciais	208	-
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(70)	(340)
Provisões para contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	208	1.334
Provisão para fianças	(97)	94
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(302)	25.355
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	16.082	(62.718)
(Redução) aumento em relações interfinanceiras e interdependências	(57.580)	15.525
Redução (aumento) em operações de crédito	109.333	(27.427)
Redução (aumento) em outros créditos	244.301	(209.885)
Redução (aumento) em outros valores e bens	749	(248)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos	1.200	(3.353)
(Redução) em depósitos	(249.808)	(51.175)
(Redução) aumento em outras obrigações	(167.040)	154.933
(Redução) aumento em fiscais e previdenciárias	(18.887)	11.245
(Redução) aumento em captações no mercado aberto	(545.775)	374.341
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	**(655.904)**	**248.795**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	(391)	(193)
Aplicações no intangível	(745)	(173)
Alienações no imobilizado	386	-
Alienações no intangível	-	260
Aplicações em outros investimentos	(378)	(14)
Recebimento de dividendos	38.521	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimentos	**37.393**	**(120)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(33.578)	690
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	19.968	(11.054)
Aumento (redução) em dívida subordinada	1.035	2.391
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(12.575)**	**(7.973)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(631.086)**	**240.702**
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.459.777	1.382.630
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 4)	828.691	1.623.332
	(631.086)	**240.702**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

1 CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Paulista ("Banco") é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, em operações de câmbio de comércio exterior e financeiro e na prestação de serviços, de custódia e administração de fundos, e de estruturação de operações para venda e distribuição.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.
Em virtude do descrito na Nota 2 a seguir, no segundo semestre de 2019 o Banco descontinuou a operação de câmbio e se reestruturou administrativamente e em termos de Governança, dando foco na sua carteira de crédito e prestação de serviços, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas características de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto, que no momento não é possível ser definida pela administração. Ainda, como estratégia, os sócios decidiram, em fevereiro de 2020, conforme detalhado na Nota 32, por segregar as atividades do Banco e da Socopa, desiando está última de ser subsidiária integral do Banco, sendo que a processo ainda está sob aprovação do Banco Central.
Tendo em vista a relevância dos assuntos mencionados acima, a administração continua adotando medidas imediatas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, sob o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e normalizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações (Brasil).
Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor, quais sejam:

	Pronunciamento Técnico	Data da divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	*Framework*	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	4.636/18
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	07/12/12	IAS 13	4.748/19

b) As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revê as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 11 de maio de 2020.
c) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
d) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis de 2018:
- em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, sendo que o procedimento se encontra em curso, não sendo de conhecimento, até o momento, manifestação ou de despacho da autoridade. Para 30 de junho de 2019 a assessoria jurídica do Banco relacionada com este processo se posicionou como não havendo informações suficientes para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas seria requerida;
- Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que computaram a base do cálculo dos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide nota explicativa 17.a e 29.d);
- Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", na qual o Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
- Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 29.d, foi encerrada a fiscalização da RFB.

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, do Banco decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do banco e independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação.
No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.
Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:
- O objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco Paulista e terceiros, considerando todas as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, BACEN e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- Foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- Foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outros, bem como a análise de delação em massa;
- Foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- Também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com sua potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

O relatório, ainda, relata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:
- Revisão do sistema de governança;
- Criação de um Canal de Ética;
- Contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- Sistema de monitoramento de transações; e
- Novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 17.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.
Mesmo com a conclusão do processo investigativo, a Administração continua empenhada e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.
O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração também seu foco na adoção de providências auteras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de Compliance, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.
e) De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros - (Resolução CMN nº 4007/11) os semestres findos em 30 de junho de 2018 estão sendo reapresentados devido ao reconhecimento dos efeitos dos ajustes de períodos anteriores, originados na atualização de Precatórios Próprios, registrados no Grupo de Outros Créditos.
Os efeitos desta reapresentação estão demonstrados abaixo:
Balanço patrimonial:

	Divulgação anterior 2018	Ajustes	Saldo ajustado 2018
Ativo	**2.508.942**	-	**2.508.942**
Circulante	**2.508.942**	-	**2.508.942**
Realizável a longo prazo	**694.442**	**(4.780)**	**689.662**
Títulos e valores mobiliários	450.422	-	450.422
Operações de crédito	202.049	-	202.049
Outros créditos (nota 10)	41.971	(4.780)	37.191
Permanente	**122.525**	**(942)**	**121.583**
Investimentos	115.436	(942)	114.494
Participações em coligadas e controladas no País	113.616	(942)	112.674
Outros Investimentos	2.072	-	2.072
(-) Provisão para perdas	(252)	-	(252)
Imobilizado de uso	2.399	-	2.399
Intangível	4.690	-	4.690
Total do ativo	**3.325.909**	**(5.722)**	**3.320.187**
Passivo			
Circulante	**2.737.528**	-	**2.737.528**
Exigível a longo prazo	**344.273**	**(956)**	**343.317**
Depósitos	274.406	-	274.406
Recursos de aceites e emissão de títulos	27.128	-	27.128
Outras obrigações (nota 17)	42.739	(956)	41.783
Fiscais e previdenciárias	6.929	-	6.929
Dívida subordinada	28.045	-	28.045
Diversas	7.765	(956)	6.809
Patrimônio líquido	**244.108**	**(4.766)**	**239.342**
Capital social - Domiciliado no país	193.500	-	193.500
Reservas de lucros	49.500	(4.766)	44.734
Ajuste a valor de mercado - TVM e derivativos	1.108	-	1.108
Total do passivo	**3.325.909**	**(5.722)**	**3.320.187**

Demonstração do resultado:

	Divulgação anterior 2018	Ajustes	Saldo ajustado 2018
Receitas de intermediação financeira	**188.842**	-	**188.842**
Despesas de intermediação financeira	**(85.328)**	-	**(85.328)**
Resultado bruto de intermediação financeira	**103.514**	-	**103.514**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(59.625)**	**1.799**	**(57.826)**
Receitas de prestação de serviços	31.390	-	31.390
Despesas de pessoal	(29.386)	-	(29.386)
Outras despesas administrativas	(47.948)	-	(47.948)
Despesas tributárias	(8.466)	-	(8.466)
Resultado de participações em coligadas e controladas	5.541	157	5.698
Outras receitas operacionais (nota 23)	3.587	1.642	5.229
Outras despesas operacionais	(14.343)	-	(14.343)
Resultado operacional	**43.889**	**1.799**	**45.688**
Resultado não operacional	**(1.545)**	-	**(1.545)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**42.344**	**1.799**	**44.143**
Imposto de renda e contribuição social (i)	**(16.761)**	-	**(16.761)**
Participações em empregados	**(2.031)**	-	**(2.031)**
Lucro líquido do semestre	**23.552**	**1.799**	**25.351**
Lucro por lote de mil ações - R$	**82,57**	-	**88,88**

(i) Não ocorreram impactos fiscais decorrentes da reapresentação do resultado.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**177.000**	**16.500**	**9.438**	**21.784**	**1.855**	-	**226.577**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	23.552	23.552
Aumento de capital	16.500	(16.500)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	1.178	-	-	(1.178)	-
Reserva estatutária	-	-	-	17.100	-	(17.100)	-
Juros sobre o capital próprio provisionado	-	-	-	-	-	(5.274)	(5.274)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	(747)	-	(747)
Divulgação anterior 2018	**193.500**	- **10.616**	**38.884**	**1.108**	-	**244.108**
Ajustes de reapresentação	-	- **(239)**	**(4.527)**	-	-	**(4.766)**
Saldos em 30 de junho de 2018 - ajustado	**193.500**	- **10.377**	**34.357**	**1.108**	-	**239.342**

Demonstração dos fluxos de caixa:

	Divulgação anterior 2018	Ajustes	Saldo ajustado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido ajustado do semestre	**20.560**	**1.642**	**22.202**
Lucro líquido do semestre	**23.552**	**1.799**	**25.351**
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa líquido	**(2.992)**	**(157)**	**(3.149)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.978	-	2.978
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.848)	-	(1.848)
Depreciações e amortizações	508	-	508
Resultado de participações em controladas	(5.541)	(157)	(5.698)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(70)	-	(70)
Outras atualizações monetárias	(107)	-	(107)
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(340)	-	(340)
Provisões para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.334	-	1.334
Provisão para fiança	94	-	94
Variação de ativos e passivos	**230.626**	**(4.033)**	**226.593**
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	25.355	-	25.355
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(62.718)	-	(62.718)
Aumento (redução) em relações interfinanceiras	15.525	-	15.525
(Aumento) em operações de crédito	(27.427)	-	(27.427)
(Aumento) em outros créditos	(207.833)	(2.052)	(209.885)
(Aumento) em outros valores e bens	(248)	-	(248)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos	(3.353)	-	(3.353)
(Redução) aumento em depósitos	(51.175)	-	(51.175)
Aumento em outras obrigações	168.159	(13.226)	154.933
Aumento em fiscais e previdenciárias	-	11.245	11.245
Aumento em obrigações por operações compromissadas	374.341	-	374.341
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**251.186**	**(2.391)**	**248.795**
Caixa líquido gerado das atividades de investimentos	**(120)**	-	**(120)**
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(10.364)**	**2.391**	**(7.973)**
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e repasses	690	-	690
(Redução) aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(11.054)	-	(11.054)
(Redução) em dívida subordinada	-	2.391	2.391
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**240.702**	-	**240.702**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.382.630	-	1.382.630
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.623.332	-	1.623.332
	240.702	-	**240.702**

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Regime de competência e resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas corre

BANCO PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouvidoria: 0800-772-6116
CNPJ nº 61.820.817/0001-09
www.bancopaulista.com.br

...Continuação

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

n) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Disponibilidades - Em moeda nacional	68.329	32.209
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	233.276	411.034
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	527.086	1.180.089
Caixa e equivalentes de caixa	**828.691**	**1.623.332**

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto

Aplicações no mercado aberto		2019	2018
	1 a 30 dias	Total	Total
Posição bancada:	**16.127**	**16.127**	**40.158**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	27.757
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.505	1.505	12.401
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.622	14.622	-
Posição financiada:	**510.959**	**510.959**	**1.139.931**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	652.292
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.496	5.496	487.639
Notas do Tesouro Nacional - NTN	505.463	505.463	-
Total	**527.086**	**527.086**	**1.180.089**

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o resultado com operações compromissadas foi de R$ 35.241 (R$ 36.906 em 2018).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2019	2018
Vencimento até 90 dias	1.808	1.406
Vencimento de 90 a 360 dias	-	5.041
Total	**1.808**	**6.447**

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R$ 10 (R$ 693 em 2018).

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2019		2018	
Títulos para negociação	**Custo (i)**	**Mercado (ii)**	**Custo (i)**	**Mercado (ii)**
Carteira própria - livres	**13.932**	**15.322**	**39.088**	**39.917**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	142	143	1.214	1.215
Letras do Tesouro Nacional - LTN	386	388	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	466	557	139	141
Títulos da Dívida Agrária - TDA	4	5	4	3
Cotas de Fundos de Investimento	10.263	10.263	13.859	13.859
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	12.809	12.809
Ações de Companhias Abertas	635	1.932	1.251	2.078
Aplicações em TVM no exterior	1.494	1.494	8.462	8.462
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	542	542	1.350	1.350
Total de títulos para negociação	**13.932**	**15.322**	**39.088**	**39.917**
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - livres	**231.754**	**232.622**	**182.223**	**183.054**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	190.167	190.195	115.156	115.112
Letras do Tesouro Nacional - LTN	249	252	5.171	5.043
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.749	24.588	39.297	40.306
Títulos da Dívida Agrária - TDA	25	19	108	96
Cotas de Fundos de Investimento	17.564	17.568	22.491	22.497
Vinculados a operações compromissadas	**138.682**	**138.750**	**204.191**	**201.677**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	138.682	138.750	99.548	99.643
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	104.643	102.034
Vinculados à prestação de garantias	**101.515**	**103.875**	**109.327**	**110.120**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	89.450	89.458	96.563	96.576
Cotas de Fundos de Investimento	12.065	14.417	12.764	13.544
Total de títulos disponíveis para venda	**471.951**	**475.247**	**495.741**	**494.851**
Total	**485.883**	**490.569**	**534.829**	**534.768**

(i) Valor de custo

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição.

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2019 Total	2018 Total
Títulos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	143	143	143	1.215
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	388	-	388	388	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	557	557	141	-
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	2	1	3	3
Ações de Companhias Abertas	1.932	-	-	-	-	1.932	2.078
Aplicações em TVM no exterior	-	1.494	-	-	-	1.494	8.462
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	542	-	542	1.350
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	-	-	12.809
Cotas de Fundo de Investimento	10.263	-	-	-	-	10.263	13.859
Total de títulos para negociação (i)	**12.195**	**1.494**	**930**	**2**	**701**	**15.322**	**39.917**
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	601	252.447	165.355	418.403	311.331
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	252	-	-	252	107.077
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	705	23.883	24.588	40.306
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	2	17	19	96
Cotas de Fundo de Investimento	31.985	-	-	-	-	31.985	36.041
Total de títulos disponíveis para venda (i)	**31.985**	**-**	**853**	**253.154**	**189.255**	**475.247**	**494.851**
Total	**44.180**	**1.494**	**1.783**	**253.156**	**189.956**	**490.569**	**534.768**

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente da sua classificação contábil.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R$ 16.891 (R$ 19.133 em 2018).

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.

Não houve reclassificação de categoria de títulos nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco. A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contraparte é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2019 e 2018, incluídos os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados por:

	2019					2018
	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Líquido
Termos (NDF)	272.157	1.383	(362)	1.021	200.581	4.331
Total	**272.157**	**1.383**	**(362)**	**1.021**	**200.581**	**4.331**

a) Composição analítica das operações

Descrição	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber(a pagar)
Termo		
USD x EUR	63.608	(757)
USD x CAD	4.272	(92)
USD x JAD	1.779	(34)
USD x GBP	6.578	(45)
USD x JPY	2.412	(13)
USD x CHF	2.957	(59)
USD x NOK	20	-
USD x NZD	431	(14)
USD x AXU	31.286	(1.140)
USD x MXN	135	-
Real x USD	158.679	(372)
Total	**272.157**	**(2.526)**

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

	2019			2018
Descrição	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Contratos a termo - NDF	(279)	(2.247)	(2.526)	4.331

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 30 de junho de 2019, o valor referencial de R$ 310.911 (R$ 295.113 em 2018), tendo sido apurado um ajuste a receber de R$ 41 (em 2018 a pagar R$ 798).

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.429	41.697
Cotas de Fundos	14.417	13.544
	63.846	**55.241**

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Futuros	13.870	(14.668)
Operações a termo - NDF	(1.626)	11.192
	12.244	**(3.476)**

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Por tipo de operação

Operações de crédito	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	311.569	332.243
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	126.479	139.966
	438.048	**472.209**
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação (nota 10)	22.062	77.288
	22.062	**77.288**
Total das operações de crédito	**460.110**	**549.497**
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(15.226)	(12.432)
Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	(221)	(781)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	**(15.447)**	**(13.213)**
	444.663	**536.284**

b) Por setor de atividade

Setor privado	2019	2018
Indústria	130.025	192.228
Comércio	128.305	156.228
Serviços	188.472	186.024
Pessoas físicas	13.239	16.008
Total	**460.110**	**549.497**

c) Por faixa de vencimento

	2019	2018
Parcelas vencidas	**14.665**	**13.180**
Parcelas vincendas		
Até 90 dias	89.727	140.331
De 91 dias a 180 dias	73.317	77.876
De 181 dias a 360 dias	96.896	110.598
Acima de 360 dias	185.505	207.512
Total	**460.110**	**549.497**

d) Composição da carteira por nível de risco

					Saldos da carteira 2019	2018
Nível	**Curso normal**	**Vencidas**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
A	9.421	-	9.421	2,05	10.656	1,94
B	351.397	2	351.399	76,37	426.661	77,64
C	67.811	3.894	71.705	15,59	93.976	17,10
D	3.080	584	3.664	0,80	1.106	0,20
E	13.725	739	14.464	3,14	15.277	2,78
F	-	8.856	8.856	1,92	360	0,07
G	-	-	-	-	867	0,16
H	11	590	601	0,13	594	0,11
	445.445	**14.665**	**460.110**	**100,00**	**549.497**	**100,00**

						Provisão 2019	2018
Nível	**% de provisão**	**Curso normal**	**Vencidas**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
A	0,5	47	-	47	0,30	53	0,40
B	1,0	3.514	-	3.514	22,75	4.267	32,29
C	3,0	2.034	117	2.151	13,93	2.819	21,34
D	10,0	309	58	367	2,37	110	0,83
E	30,0	4.117	222	4.339	28,09	4.583	34,69
F	50,0	-	4.428	4.428	28,67	180	1,36
G	70,0	-	-	-	-	607	4,59
H	100,0	11	590	601	3,89	594	4,50
		10.032	**5.415**	**15.447**	**100,00**	**13.213**	**100,00**

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo no início do semestre	**12.662**	**10.248**
Constituições líquidas	4.011	2.978
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.226)	(13)
Saldo no final do semestre	**15.447**	**13.213**

f) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2019, totalizam R$ 7.282 (R$ 8.632, em 2018).

Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2019, totalizam R$ 623 (R$ 460, em 2018).

g) Cessões de crédito

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

h) Rendas com operações de crédito

	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	26.775	23.262
Financiamentos	7.812	8.231
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	623	460
Adiantamentos a depositantes	60	99
Total do resultado com operações de crédito	**35.274**	**32.052**

9 CARTEIRA DE CÂMBIO

Ativo	2019	2018
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	58.699	160.576
Direitos sobre venda de câmbio	44.325	195.293
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(4.752)	(8.803)
	98.272	**347.066**
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	45.010	195.848
Obrigações por compra de câmbio	47.436	157.692
	92.446	**353.540**

10 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Circulante	2019	2018
Impostos a compensar	26.443	20.603
Créditos tributários (nota 25b)	2.079	3.747
Devedores diversos no país (ii)	21.825	28.900
Devedores por depósito em garantia (nota 29b)	678	5.231
Títulos e créditos a receber (i)	22.062	77.288
Outros	1.214	1.308
	74.301	**136.877**
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (nota 25b)	24.260	31.137
Devedores por depósito em garantia (nota 29b)	4.272	5.286
Títulos e créditos a receber (i)	16.226	742
Outros	26	26
	44.784	**37.191**

(i) Inclui o montante de R$ 22.062 (R$ 77.288 em 2018) relativo a Direitos Creditórios sem coobrigação (nota 8a); (ii) Recursos antecipados de clientes.

11 OUTROS VALORES E BENS

Circulante	2019	2018
Bens não de uso - Veículos/móveis/máquinas	1.922	2.913
Despesas antecipadas	594	387
	2.516	**3.301**

12 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Refere-se, substancialmente, a participação na controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.

As principais características da controlada são as seguintes:

	2019	2018
Quantidade de ações possuídas	1.398	1.208
Capital social	66.000	66.000
Patrimônio líquido inicial	102.892	106.740
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e derivativos	191	227
Dividendos	(38.521)	-
Lucro líquido do semestre	5.929	5.698
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido final	70.491	112.674
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.929	5.698

Conforme nota explicativa nº 32, em 6 de fevereiro de 2020 o Banco reduziu seu capital, dando como pagamento as ações possuídas da Corretora, deixando assim de ser seu Controlador.

13 ATIVOS INTANGÍVEIS

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	30/06/2019	30/06/2018
Software	20%	4.997	(2.957)	2.040	690
Outros intangíveis (*)	-	4.000	-	4.000	4.000
	-	**8.997**	**(2.957)**	**6.040**	**4.690**

(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os gastos adotados para a exploração de novo produto. Em 31 de dezembro de 2018 realizou análise de impairment através de laudo de avaliação, o qual não considera a atual utilização destes direitos, uma vez estarem em fase de estudo para continuidade.

14 DEPÓSITOS

	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019 Total	2018 Total
A vista - Moeda nacional	100.626	-	-	-	100.626	87.563
A vista - Moeda estrangeira	15.064	-	-	-	15.064	52.336
Interfinanceiros	-	83.390	20.691	-	104.081	156.332
A prazo	-	74.923	169.964	313.586	558.473	608.440
	115.690	**158.313**	**190.655**	**313.586**	**778.244**	**904.671**

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as despesas com "Depósitos" foram de R$ 29.643 (R$ 26.505 em 2018) e as despesas com o "Fundo Garantidor de Crédito" foram de R$ 537 (R$ 541 em 2018). (nota 19)

15 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Carteira própria	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	138.387	99.410
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	99.406
	138.387	**198.816**
Carteira de terceiros		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	652.292
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.418	487.639
Notas do Tesouro Nacional - NTN	505.462	-
	510.880	**1.139.931**
Total	**649.267**	**1.338.747**

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as despesas com "Captações no Mercado aberto" foram de R$ 37.078 (R$ 37.653 em 2018). (nota 19)

16 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019 Total	2018 Total
Obrigações por empréstimos	-	1.969	-	-	-	1.969	3.027
Empréstimos no exterior (i)	-	1.969	-	-	-	1.969	3.027
Obrigações por repasses							
Repasses do país - Instituições Oficiais (ii)	8.121	-	-	-	-	8.121	8.992
Recursos de aceites e emissão de títulos							
Obrigações por emissões de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (iii)	-	4.519	6.057	15.541	40.422	66.539	65.819
Obrigações por emissões de Letras de Crédito Imobiliários - LCI (iv)	-	78	12.708	-	37.144	49.930	29.357
Obrigações por emissões de Letras Financeiras (v)	-	-	-	-	1.043	1.043	-
	8.121	**6.566**	**18.765**	**15.541**	**78.609**	**127.602**	**134.195**

(i) Os empréstimos no exterior são efetuados com intuito de terem seus recursos destinados a aplicações em operações de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros prefixadas. A taxa praticada foi de 4,5% a 4,75% ao ano, dependendo dos volumes, prazos e condições de mercado.

(ii) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.

(iii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi de 95% a 100% do CDI;

(iv) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com a acionista majoritário do Banco;

(v) Referem-se as Letras Financeiras (LF). A taxa praticada foi de 115,50% do CDI com vencimento em 08/11/2021.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as despesas com "Recursos de Aceites e emissão de Títulos" foram de R$ 3.199 (R$ 3.151 em 2018). (nota 19)

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Circulante	2019	2018
Impostos e contribuições a recolher (i)	8.717	4.146
Impostos e contribuições sobre os lucros	-	12.079
	8.717	**16.225**
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições a recolher (i)	35.497	-
Provisão para Impostos e contribuições diferidos (nota 25b)	5.548	6.929
	41.045	**6.929**

(i) Referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R$ 39.621, vinculados ao Processo Administrativo nº 13327.721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas ação do comparecimento de pessoas referidas tributos, que à época somou R$ 55.586, conforme apresentado na nota explicativa nº 29 d. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Circulante	2019	2018
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (i)	-	39.754
Exigível a longo prazo		
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (i) (nota 26)	30.095	28.045
	30.095	**67.798**

(i) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 115,00% do CDI.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as despesas com "Dívidas Subordinadas" foram de R$ 1.072 (R$ 2.390 em 2018). (nota 19)

c) Diversas

Circulante	2019	2018
Provisões para pagamentos a efetuar	14.715	16.461
Provisões para finanças prestadas (nota 28)	777	687
Pendências a regularizar - Câmbio	3.242	7.478
Cheques a creditar - Câmbio	1.000	2.316
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	9	95
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	834
Outros valores a pagar	263	283
	20.006	**28.154**
Exigível a longo prazo		
Provisões para pagamentos a efetuar	109	148
Provisões para passivos contingentes (nota 29b)	2.977	6.661
	3.086	**6.809**

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 13 de dezembro de 2017, Assembleia Geral Extraordinária deliberou a elevação do Capital Social de R$ 177.000 para R$ 193.500, com integralização em dinheiro pelos acionistas no montante de R$ 16.500, correspondentes à emissão de 8.250.000 ações ordinárias e 8.250.000 ações preferencias, sem valor nominal, todas nominativas. Esse aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2018.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 foi deliberada a elevação do Capital Social de R$ 193.500 para R$ 206.300, com integralização em dinheiro pelos acionistas no montante de R$ 12.800, correspondentes à emissão de 6.400.000 ações ordinárias e 6.400.000 ações preferencias, sem valor nominal, todas nominativas. Esse aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2019.

Em 30 de junho de 2019 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R$ 206.300 (R$ 193.500 em 2018), é representado por 298.031.760 ações nominativas (285.231.760 em 2018), sem valor nominal, divididas em 149.015.880 (142.615.880 em 2018) ações ordinárias e 149.015.880 (142.615.880 em 2018) ações preferenciais.

b) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No primeiro semestre de 2019 não foram pagos ou destinados dividendos ou juros sobre o capital próprio que deverão ser avaliados pela Administração, que optou por fazê-lo quando da apuração do resultado do exercício, momento em que fará a destinação total do resultado.

d) Reserva estatutária

O lucro remanescente, após destinação da Reserva Legal, foi destinado em sua totalidade para a Reserva Estatutária, tendo em vista a Administração entender adequada a retenção de lucros em função do momento conturbado, conforme descrito na Nota 2.

19 DESPESAS DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2019	2018
Depósitos a prazo (nota 14)	22.783	20.973
Captações no mercado aberto (nota 15)	37.078	37.653
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 14)	537	541
Depósitos interfinanceiros (nota 14)	4.794	5.532
Letras Financeiras (nota 17b e 26)	1.072	2.390
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 16 e 26)	2.337	2.139
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 16 e 26)	862	1.012
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	2.066	-
	71.529	**70.240**

20 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2019	2018
Tarifas de operações de câmbio	1.921	2.248
Tarifas de serviços bancários	29.476	28.301
Serviços de custódia	562	448
Tarifa de administração de fundos de investimento	-	125
Outros serviços	171	268
	32.130	**31.390**

21 DESPESAS DE PESSOAL

	2019	2018
Proventos	15.099	11.889
Encargos sociais	9.231	7.233
Benefícios	4.011	3.576
Honorários	11.145	6.004
Treinamentos	624	645
Remuneração de estagiários	45	40
	40.755	**29.386**

22 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Transportes de numerários - Câmbio	24.361	28.863
Transportes de numerários - Outros	1.048	1.029
Serviços técnicos especializados	8.338	5.758
Processamento de dados	8.406	4.314
Aluguéis	1.973	1.655
Sistema financeiro	4.862	1.866
Comunicações	784	547
Serviços de terceiros	530	707
Emolumentos cartorários	591	648
Serviços de vigilância e segurança	122	97
Materiais	155	122
Propaganda e publicidade	40	3
Outras	3.004	2.339
	54.214	**47.948**

23 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Rendas de garantias prestadas	208	166
Variações monetárias ativas	1.183	669
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	1.630	1.665
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	67	70
Variações monetárias sobre garantias	-	107
Recuperação de encargos e despesas	689	703
Reversão de provisões operacionais	122	480
Reversão de provisões de processo RFB - Juros	820	-
Reversão de provisões para riscos fiscais	1.476	-
Reversão de provisões de fianças	2	-
Juros sobre capital - Ações	20	32
Receitas de rendas indenizatórias previdenciárias	-	1.031
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	5.805	-
Variações cambiais com empréstimos no exterior	2.078	-
Outras	82	306
	14.180	**5.229**

24 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Consultorias para operações de crédito	5.740	6.102
Despesas com operações de ouro	783	1.182
Provisão para perdas com clientes	17	1.054
Despesas com recuperações de contratos de CDC	965	1.311
Variação cambial	563	-
Cartão pré-pago	457	380
Amortizações e depreciações	726	508
Tarifas interbancárias	144	491
Despesas financeiras - PSH	245	111
Atualizações monetárias de impostos e contribuições	661	139
Provisões para contingências cíveis e trabalhistas (nota 29)	596	1.294
Comissões sobre contratos de financiamentos	24	2
Assessoria financeira - Câmbio fácil	-	41
Provisão sobre fianças prestadas	99	-
Multas - CVM	3.073	15
Despesas com atualizações de precatórios	1	1.607
Outras	187	116
	14.281	**14.343**

25 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	23.803	44.143
(-) Juros sobre capital próprio (nota 18c)	-	(5.274)
(-) Participações nos lucros	(3.759)	(2.031)
Resultado antes da tributação e depois das participações	**20.044**	**36.838**
Adições e exclusões temporárias	**3.841**	**4.106**
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	1.278	125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.011	2.978
Provisão para riscos fiscais	(1.782)	131
Provisão para outras exclusões temporárias	334	872
Adições e exclusões permanentes	**(872)**	**994**
Equivalência patrimonial da controlada	(5.929)	(5.698)
Outras adições e exclusões permanentes	5.057	6.692
Base de cálculo	**23.013**	**41.938**
Imposto de renda/Contribuição social	7.346	18.860
Deduções - Incentivos fiscais	(138)	(251)
Imposto de renda e contribuição social (*)	**7.208**	**18.609**
Ativo fiscal diferido	(1.536)	(1.848)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**5.672**	**16.761**

(*) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	36.913	35.091
Provisão para riscos fiscais e contingências	10.039	16.203
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação/Disponível para venda	(9.123)	4.443
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	7.533	7.533
Outras	6.619	6.619
	51.981	**69.889**

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

	31/12/2017	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2019
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	12.696	1.711	(371)	14.036
Provisão para riscos fiscais e contingências	6.030	451	-	6.481

BANCO PAULISTA

BANCO PAULISTA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 2º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-919 - Tel/Fax: (11) 3299-2000
Ouvidoria: 0800-772-6116
CNPJ nº 61.820.817/0001-09
www.bancopaulista.com.br

...Continuação

b.3) Provisões fiscais e previdenciárias
As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao segundo semestre de exercício, e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.
As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas nos semestres, estão a seguir apresentadas:

	Provisão para contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2019	2018
Saldo no início do semestre	**574**	**995**	**2.646**	**4.215**	**5.796**
Constituições	324	272	-	596	1.290
Realizações	-	(236)	(1.476)	(1.712)	(8)
Atualizações	-	-	39	39	-
Reversões	(10)	(188)	-	(198)	(417)
Honorários	-	20	-	20	-
Saldo no final do semestre	**885**	**863**	**1.229**	**2.977**	**6.661**

	Depósitos judiciais				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2019	2018
Saldo no início do semestre	**80**	**895**	**4.206**	**5.181**	**11.395**
Atualizações	-	-	67	67	177
Constituições	10	3	-	13	-
Reversões	(17)	(81)	(44)	(142)	(1.362)
Levantamentos	(29)	(147)	-	(176)	-
Saldo no final do semestre	**44**	**670**	**4.229**	**5.943**	**10.517**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
Em 30 de junho de 2019 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 19 processos (40 processos em 2018) de natureza cível que somam R$ 7.966 (R$ 12.518 em 2018), e 5 processos (8 processos em 2018) de natureza trabalhista que somam R$ 430 (R$ 784 em 2018) e 18 processos (15 processo em 2018) de natureza fiscal que somam R$ 4.322 (R$ 3.861 em 2018), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:
- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos. Bem como pelo processo da Receita Federal descrita na nota explicativa 2.d, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.
d) Órgãos reguladores
Há um processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, em curso no Banco Central em fase inicial, em que foram apuradas supostas irregularidades e contestações do Banco, o qual, conforme nota explicativa nº 2 e ainda não é possível determinar seu estágio e necessidade de reconhecimento de eventuais provisões.

10 LIMITES OPERACIONAIS

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RWA e Índice Basileia	**30/06/2019**	**30/06/2018**
PR	235.901	245.516
PR nível I	217.844	228.689
Capital Principal	217.844	228.689
PR nível II	18.057	16.827
RWA Cpad - Crédito	739.768	882.532
RWA Cam - Câmbio	43.436	12.393
RWA Pradrg - Juros, Commodities, Ações	1.403	515
RWA Opad - Operacional	611.982	443.466
RWA - Total	**1.396.589**	**1.338.906**
PR Mínimo	**111.727**	**115.481**
Índice de Basileia (PR / RWA Total)	16,89%	18,34%
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	15,60%	17,08%
Indice Capital Principal (CP / RWA Total)	15,60%	17,08%

O índice da Basiléia, para a data-base de 30 de junho de 2019, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, e de 16,89% para o Conglomerado Financeiro.

11 PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada pelos auditores que prestam serviços independentes do auditor do Banco contém as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou que criem, ou promover seus interesses.

12 EVENTOS SUBSEQUENTES

Reorganização societária
Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco Paulista para deliberarem sobre a "reorganização societária" do Banco, reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Socopa") aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista.
A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco Paulista e da Socopa independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Socopa para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:
- A Socopa reduziu seu Capital, no montante de R$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco Paulista de recursos em valor equivalente;
- O Banco Paulista, reduziu o Capital Social em R$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Socopa aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista.
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco Paulista, no montante de R$ 38.000 a ser subscrito integralmente pelo acionista Alvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional.

Estas deliberações estão em fase de homologação pelo Banco Central.
Efeito do Coronavirus nas demonstrações contábeis
O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.
Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e reuniões não presenciais.
A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.
Reconhece que, apesar das limitações atuais para se quantificar os impactos financeiros, dada a imprevisibilidade das consequências que afetarão o mercado, está preparada para os desafios pois apresenta uma situação de solidez confortável, representada pelos seus índices econômicos.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. Apresentação
Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Paulista e SOCOPA (Grupo Paulista), referente ao Semestre findo em 30/06/19, elaborado em atendimento à Resolução do CMN nº 3.198/04, artigo 17º.
2. Introdução
Em 29 de novembro de 2019 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a extinção do Conselho de Administração do Banco Paulista. Também foi deliberado a criação do Comitê de Auditoria e eleição de um Diretoria. Além do fato acima citado, em 28 de fevereiro de 2020 ocorreu a renúncia do Membro Qualificado do Comitê de Auditoria, o qual teve a sua eleição aprovada em 25 de julho de 2019.
Atualmente o Comitê de Auditoria é composto por 2 Diretores com larga experiência e tempo dedicado à administração da Sociedade.
Face à conjunção dos fatos descritos, o presente Relatório do Comitê de Auditoria é subscrito pelos membros que atualmente o compõem.
3. Competências
Em conformidade às atribuições que constam em seu regulamento e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria, zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles que suportam a integridade das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos e conformidade das operações e negócios da Sociedade aos dispositivos regulamentares e exigências legais, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Externa e da Interna, supervisão das atividades de Compliance e Ouvidoria, fomento o respectivo resultado a Administração.
As análises do Comitê de Auditoria foram pautadas nas informações recebidas da Administração, da Controladoria, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, Área de Compliance e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.
A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade da Administração, cabendo a esta estabelecer procedimentos necessários para assegurar sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzam demonstrações financeiras em observância a legislação societária, às práticas contábeis, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.
A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo dos processos, políticas e supervisão das atividades corporativas, controle, gerenciamento dos riscos, Compliance e Ouvidoria.
A BDO RCS Auditores Associados Ltda. (BDO), na qualidade de Auditor Externo, é responsável por examinar as demonstrações contábeis, devendo assegurar que elas representam de forma adequada, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo, de acordo com as práticas adotadas no Brasil decorrentes da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional, da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produzir relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos.
A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento dos riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica aos principais riscos que a Instituição está exposta. Permanece a gerência interna de Auditoria Interna, com reporte a Administração, sendo a equipe da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. responsável pela execução das auditorias do planejamento de 2019.
4. Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria
O Comitê de Auditoria se reuniu ao longo deste semestre para desempenhar as atribuídas sob sua responsabilidade, com vistas a assegurar a qualidade e efetividade das instituições estruturas e práticas relacionadas aos sistemas de controles internos, processos de gerenciamento de riscos, de *Compliance*, atendimento de demandas regulatórias e Ouvidoria, bem como das atribuições desempenhadas pelos membros do Comitê demandas extras, foi dedicada especial atenção em vista dos fatos elencados no Auto de Busca e Apreensão 5007771-77.2019.4.04.7000 da Polícia Federal, pelos Processos Administrativos nº 119723 e 157096 do Banco Central do Brasil e Mandado de Procedimento Fiscal 08.1.90.00-2018-00007-3 - Auto de Infração e Processo Administrativo Fiscais 16327-721.025/2018-35 e 16327-721.120/2019-10 da Receita Federal do Brasil referente à IRPJ, CSLL e IRRF, lavrado em razão da glosa de despesas.
Adicionalmente, a Administração do Banco decidiu por constituir um Comitê de Investigação, coordenado pelo escritório Felsberg Advogados que visa apurar as denúncias e externa revisão da documentação relacionada as mesmas, envolvendo pessoas internas e externas e atividades relacionadas a transações específicas. Bem como o acompanhamento dos membros do Comitê de Auditoria e dos representantes da BDO (vide notas explicativas 2, 17 (a) e 29 (a), do Demonstrativo de 30 de junho de 2019).
No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação, concluindo-se que não há evidência de novos fatos além daqueles de conhecimento público, levando a conclusão que a administração do Banco teve ação imediata.
Com a emissão do Relatório Final da investigação, houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica e que soube lidar com a situação.
5. Avaliação da Efetividade dos Sistemas de Controles Internos, gerenciamento de risco e *Compliance*
O Comitê de Auditoria pondera que os sistemas de controles internos, gerenciamento de riscos e *Compliance* permanecem compatíveis com o porte e a complexidade dos negócios do Banco. As ações tomadas pela Administração têm focado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de risco, de processos e do ambiente de controles, com destaque na ampliação de mapeamento de riscos e controles corporativos e na manutenção do aperfeiçoamento da governança/acompanhamento dos principais planos de ação para mitigação dos riscos. Houve investimento em novas ferramentas para Área de PLD, reforço das estruturas de controle que Áreas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, *Compliance* e Segurança da Informação. Além da centralização em Área de Riscos Não Financeiros do gerenciamento de riscos operacional, socioambiental e controles internos, utilização de consultoria externa no aperfeiçoamento implementação de novos controles de *Cyber Security* junto à Área de *Compliance*, e/ou para auxiliar o processo de mapeamento de riscos e controles junto à Área de Riscos Não Financeiros, dentre outros investimentos.
No que tange ao cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas: Quanto aos riscos legais, com base nas informações recebidas das Áreas responsáveis, nos trabalhos de Auditoria Interna, Externa, da Área de *Compliance* no que se refere ao relatório da função de *Conformidade* (Resolução CMN nº 4595/2017) e dos órgãos de supervisão (BACEN, CVM, BSM e ANBIMA), concluímos que para as falhas identificadas houve endereçamento das ações responsáveis, sendo as respectivas recomendações priorizadas e acompanhadas pela Administração. Durante o período, foram realizadas reuniões da Administração com os supervisores do BACEN nas quais a Administração teve a oportunidade de expor as ações em curso.
A avaliação de prazos das recomendações relativas ao período: O Comitê de Auditoria vem acompanhando as principais providências em curso, para as quais tem a oportunidade de expor opinião sobre os diversos aspectos concernentes ao seu exercício de sua função.
6. Avaliação da Demonstração Contábil e Efetividade das Auditorias Independente e Interna
Auditoria Externa Em relação ao semestre findo em 30/06/2019, foram realizadas reuniões com os auditores externos para discussão e avaliação dos efeitos advindos das investigações realizadas pelo Comitê de Investigação.
Auditoria Interna: com base no planejamento de suas atividades aprovado e acompanhados no fora, teve sua atuação voltada para os principais riscos e processos, sendo que os achados identificados encaminhados aos responsáveis e a implementação/planos de ação foram objetos de acompanhamento no âmbito do Comitê de Auditoria, com ênfase nos principais pontos dos reportes emitidos e respectivos planos de ação, bem como preparação/aprovação do planejamento de 2020 e do relatório anual de Auditoria Interna, atendendo as exigências da norma regulamentar.
7. Relatório Semestral da Ouvidoria e do Canal de Ética
O Comitê de Auditoria recebeu os relatórios acerca da atuação da Ouvidoria (Resolução CMN nº 4.433/2015 e Instrução CVM nº 529/2012) e do Canal de Ética (Resolução CMN nº 4567/2017) para o 1º semestre de 2019, cujas adequações foram endereçadas aos responsáveis, sendo as respectivas ações acompanhadas pela Administração.
8. Conclusão
O ambiente de controles internos, que inclui sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e cumprimento de normas e regulamentares, após as ações tomadas pela Administração e seus reflexos no item 5) apresenta-se compatível com a natureza, complexidade, risco da operação e apetite de riscos aprovado. A Administração vem atuando no aprimoramento da governança corporativa e no endereçamento dos planos de ação identificados pelas auditorias interna e/ou externa e órgãos de supervisão de forma a mitigar riscos e/ou falhas operacionais que impactem a Instituição. Assim o Comitê de Auditoria, ponderada suas responsabilidades e as limitações naturais do absoluto de auditoria, declara que teve conhecimento de todos os fatos relevantes, necessários a execução no âmbito deste colegiado.

São Paulo, 11 de maio de 2020

DIRETORIA EXECUTIVA **ANA CRISTINA ALVES AFONSO** - Contadora - CRC 1SP 234.300/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP
Abstenção de opinião
Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.
Base para abstenção de opinião
Investigações independentes
Em função dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Ministério Público Federal (MPF) a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como "Operação Lava Jato ("Desfaces de Mamom", conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.d., a atual Administração do Banco iniciou investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos das leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionadas a essa Operação. A investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos de auditoria externa conduzidos por escritório de advocacia e empresa especializada em fraude, tendo sido iniciada em 15 de março 2019 e concluída em 26 de março de 2020, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.d. Esta investigação interna, não atingiu outros prestadores de serviços que não os constantes das investigações conduzidas por autoridades públicas federais.
O processo investigativo apontou que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentaram evidências apropriadas e suficientes para comprovar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não eram adjudicados o racional de remuneração por percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) no montante de R$ 55.586 mil, conforme nota explicativa nº 17 a. A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 c, e na investigação, que não foram identificadas irregularidades para estas despesas.
Sobre o processo administrativo conduzido pelo BACEN, conforme notas explicativas nº 2 d e 29 d, os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa dividir ou ainda determinar se uma parcela das despesas pedras e requisitos, bem como as investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, venham a ser requeridos como parte de todo o processo de investigação deflagrado. Adicionalmente, neste momento, não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, o que pode incluir novas sanções, sem os eventos efeitos sobre as suas demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2019 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.
Documentação suporte de operações de câmbio
Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis "Devedores diversos no país", "Depósitos a vista em moeda estrangeira", e "Perdências a regularizar - Câmbio" nos montantes de, R$ 21.825 mil, R$ 15.064 mil e R$ 3.242 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentadas documentações nos controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas, não tendo sido possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a correta apresentação daqueles valores. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos desses saldos em outras instituições financeiras no país e seus impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.
Circularizações de instituições financeiras
Como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 – Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações ativas e passivas com outras instituições financeiras na data de 30 de junho de 2019. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos de auditoria, não foram recebidas a totalidade das respostas de circularização, não tendo sido possível, através da aplicação de procedimentos de alternativas de auditoria, assegurarmos quanto a existência de outras operações que não aquelas registradas naquela data. Como consequência, não foi possível concluir sobre eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco findas naquela data, caso este procedimento fosse são concluído de forma satisfatória.
Circularizações de operações de crédito
Conforme Nota Explicativa nº 8, em 30 de junho de 2019 o Banco possuía operações de crédito no montante de R$ 444.663 mil. Como procedimento de auditoria suportado pela NBC TA 505 – Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações de operações para sua validação para de saldo com determinados clientes. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos de auditoria, não recebemos respostas de circularização de operações que montam em R$ 262.655 mil, sendo que também não nos foram disponibilizadas as respectivas liquidações financeiras destas operações, ou ainda controles internos que permitissem concluir sobre estes dois procedimentos por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre a necessidade de eventuais ajustes nos saldos de operações de crédito em 30 de junho de 2019 e seus impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco nessa mesma data.
Reconhecimento de receitas de juros
Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 7.d e 20, no semestre findo em 30 de junho de 2019 o Banco reconheceu receitas com instrumentos financeiros derivativos e receita com prestação de serviços os valores de R$ 12.244 mil e R$ 32.130 mil, respectivamente, que a princípio não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que nos permitisse concluir sobre este montante, não tendo sido possível fazê-lo através de procedimentos de auditoria alternativos. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de eventuais ajustes sobre este montante e seus respectivos impactos nas demonstrações contábeis do Banco referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.
Continuidade operacional
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.d, como consequência do processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 13 de abril de 2018, e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Desfaces de Mamom", as atividades no mercado de câmbio compeçaram a ser encerradas no mês de abril de 2019, com a descontinuidade das atividades de importação de reais, tendo sido liquidadas em o mês de setembro de 2019, não tendo havido novas operações de câmbio a partir de então, tendo sido essas operações responsável por cerca de 43% da receita do Banco no semestre findo em 30 de junho de 2019 e 51% no exercício de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2018. Dentro do processo de reestruturação societária, está em processo de homologação pelo BACEN, a redução de capital do Banco Paulista e a cisão acionária das ações de sua subsidiária integral conforme apresentado na Nota Explicativa nº 32. Estas questões, somadas a relevância das assuntos descritos acima, requerem que a administração continue adotando medidas necessárias de salvaguardar sua continuidade operacional, sobre o risco de não lê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.
Operações em controladas e coligadas
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, em 30 de junho de 2019 o Banco possuía investimentos de cerca de 76 mil reais em SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Companhia Investida"), representando 0,0% (zero por cento) do capital daquela investida. As demonstrações contábeis da "Companhia Investida" foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 14 de maio de 2020 contém abstenção de opinião devido as assuntos relacionados com a investigação realizada pela administração da "Companhia Investida". Circularização de instituições financeiras brasileiras não recebidas em sua totalidade; ii) Disponibilidades em moedas estrangeiras sem evidências de auditoria apropriadas e suficientes para suportar os saldos contabilizados; iv) Registro nas rubricas contábeis "Contas de Fundos de Investimento", "Rendas a receber", "Taxa depositária do Tesouro Nacional" e "Custódia do Tesouro Nacional" sem apresentação de documentos suporte de tais registros; v) Reconhecimento de resultado com "títulos e valores mobiliários", "Receita de prestação de serviços", "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais" sem apresentação de documentos de suporte; vi) Insuficiência de provisão para possível ocorrência de contingencias junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no valor de R$ 2.653 mil, líquido de efeitos tributários. Como consequência não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos quanto a correta apresentação das investimentos em 30 de junho de 2019, assim como sobre o resultado de equivalência patrimonial referente ao semestre findo nessa mesma data no montante de R$ 5.929 mil.
Instrumentos financeiros derivativos
Conforme Nota Explicativa nº 7, em 30 de junho de 2019, o Banco possuía posições ativas em instrumentos financeiros derivativos relacionados com moeda estrangeira no montante de R$ 1.383 mil, cujos saldos e efeitos de custódia emitidos pelas corretoras nas quais estas operações foram realizadas indicaram que a posição do Banco era de R$ 2.641 mil como posição passiva. Consequentemente, em 30 de junho de 2019, o ativo circulante do Banco está superavaliado em R$ 1.383 mil, o passivo circulante está subavaliado em R$ 1.258 mil, líquido de efeitos tributários, enquanto o patrimônio líquido e o resultado do semestre findo nessa mesma data estão superavaliados em R$ 2.205 mil, líquido de efeitos tributários.
Ênfases
Apresentação das demonstrações contábeis
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 e às demonstrações contábeis, que descreve que, em decorrência de reflexões de erro, os valores correspondentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº4.007/11.
Incerteza relevante quanto a continuidade operacional de Fundo Investido
O Banco detinha em 30 de junho de 2019, cotas de Fundos de Investimentos em Participação nos montantes de R$ 7.591 mil, sendo essas cotas do Industrial Parks Brasil Fundo de Investimento em Participações Multisetoriais ("Fundo Investido"). As demonstrações contábeis do Fundo Investido referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 26 de julho de 2019 com o seguinte parágrafo de incerteza relevante quanto a continuidade operacional:
"Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 4, que evidencia que o Fundo possui investimentos nas Companhias GPR Empreendimentos (GPR2), GPR Empreendimentos (GPR23), GPR Empreendimentos (GPR29) e GPR Empreendimentos (GPR29), as quais encontram-se em fase de desenvolvimento de suas operações e ciclo de receitas ainda não iniciado. A obtenção de receitas pelas Companhias depende do sucesso das operações que estão em desenvolvimento, nesse contexto, até que as operações se tornem rentáveis, as Companhias dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros. Dessa forma, a continuidade operacional das Companhias depende do sucesso do plano desenvolvido pela administração. As demonstrações contábeis das Companhias não incluem nenhum ajuste relativo a recuperação e classificação dos ativos ou os valores e a classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. Nossa opinião não contém modificações em função desse assunto."
Outros assuntos
Demonstrações dos valores correspondentes à 30 de junho de 2018
As demonstrações contábeis originais do Banco relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 21 de agosto de 2018, contém ênfase sobre a reapresentação das demonstrações contábeis comparativas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017 em decorrência de retificações de erros. Essas demonstrações contábeis estão sendo reapresentadas na Nota Explicativa nº 2.e. Essas ajustes foram auditados pelos mesmos auditores das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2018, conforme demonstrados acima. Em nossa opinião, com base em nossa revisão de auditoria foi datado em 02 de dezembro de 2019, sem modificação de opinião com relação à este assunto.
Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2018
As demonstrações contábeis do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 02 de dezembro de 2019, contém abstenção de opinião sobre essas demonstrações.
Investigação em andamento
Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.c, em função de processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil em 15 de junho de 2018 e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco, do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Desfaces de Mamom", a Administração do Banco está adotando ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus colaboradores e administradores e suas alegações. Como a referida operação ainda se encontra em andamento, e as ações investigativas que estão sendo conduzidas pela Administração ainda não são conclusivas, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir sobre os eventuais impactos existentes nas demonstrações financeiras do Banco. Adicionalmente, neste momento, também não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, tem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras do Banco passadas e presentes.
Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 e 28.d, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinadas despesas e suas destinações, incluindo sua destinação no cálculo do imposto de renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e/ou Contribuição – "CSLL" do período de 2013 a 2015. O Banco, como resultado de investigações internas, identificou pagamentos a empresas incluídas, direta ou indiretamente, na investigação "Desfaces de Mamom", durante os exercícios de 2013 a 2018. A falgas de governança do Banco autorizaram a contratação de empresas especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais ações e eventuais impactos nas responsabilidades as respectivas demonstrações suporte de forma a aplicarmos procedimentos de auditoria e, assim concluir sobre os eventuais ajustes, caso haja, nas demonstrações financeiras do Banco."
Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas normas e instruções internas que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.
Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses normas.

São Paulo, 14 de maio de 2020

BDO RCS Auditores Independentes SS **Paulo Sérgio Barbosa**
CRC 2 SP 013846/O-1 Contador CRC 1 SP 120359/O-8

EDITAL DE INTIMAÇÃO - Prazo 20 dias. Proc. 0009099-21.2019.8.26.0004. O Dr. CARLOS BORTOLETTO SCHMITT CORRÊA, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Lapa S/P. Faz Saber a ERICK OLIVEIRA ZAMBROTTI, CPF Nº 222.360.478-19, RG Nº 33.190.520-6, que UNIÃO SOCIAL CAMILIANA, alegando em sintese: Ser defendida a ação de USUCAPIÃO por edital para que efetue o pagamento do valor de R$ 6.917,51 - (julho/2019). Nos termos do art. 513, § 2º, IV, do CPC, uma vez que foi citado na forma do art. 256 da mesma lei, a pagar o valor fixado no julgado da ação em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias e ciente de que, nos termos da decisão, findo o prazo acima fixado, haverá multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 15 e 16/05

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0037684-23.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando José Cúnico, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) SHIRLEI SIOLARI, RG 186078821, CPF 094.456.518-20, com endereço à Rua Fernando Falcao, 1298, Vila Claudia, CEP03180-002, São Paulo - SP, que nos autos da ação Cumprimento de Sentença, apresentada por parte de Liu Japei Epp, onde procedeu-se a penhora realizada sobre um veículo bloqueado pelo Sistema RenaJud. Encontrando-se o(a)(s) executado(a)(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a(s) respectiva(s) INTIMAÇÃO(ÕES), PESSOAL(IS) DA(S) PENHORA(S)/BLOQUEIO(S), por EDITAL, para que em 15 dias úteis, a fluir após o prazo deste edital, ofereça(m) as respectiva(s

Caixa vai estender pausa para pagar prestação de imóvel, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro disse na quinta-feira (14) que a Caixa Econômica Federal vai estender por mais um mês a pausa emergencial para o pagamento de financiamentos habitacionais. Segundo o presidente, dos 5 milhões de clientes do crédito imobiliário, mais de 2,3 milhões já solicitaram a pausa ao banco.

"As pessoas não têm dinheiro para pagar a prestação da casa própria", disse ele, ao deixar o Palácio da Alvorada. No primeiro momento, como medida de socorro financeiro pelos impactos da pandemia de covid-19, a Caixa anunciou uma pausa de até dois meses para o pagamento das prestações, depois prorrogou por mais um mês e agora, segundo Bolsonaro, a pausa será ampliada para quatro meses, no total.

De acordo com a Caixa, só têm direito ao benefício os contratos que estão em dia ou com, no máximo, duas prestações atrasadas. O cliente que tem três ou mais parcelas em atraso deve fazer uma renegociação com o banco.

Para o presidente, entretanto, para que a medida funcione, é preciso garantir a renda e o emprego dos trabalhadores. Bolsonaro defende o isolamento social apenas para as pessoas do grupo de risco da covid-19 e o fim do isolamento para toda a população. Com a retomada das atividades e do comércio, segundo ele, haverá demanda para as indústrias voltarem a produzir e gerar empregos.

"Não adianta apenas prorrogar o pagamento se o cidadão que perdeu o emprego, teve salário reduzido, não tem como pagar a prestação da casa própria. O que está sobrando de dinheiro para ele está sendo pra comida", disse. "O Brasil está quebrando e, depois de quebrar, a economia não se recupera. Vamos ser fadados a ser um país de miseráveis. Temos que ter coragem de enfrentar o vírus. Está morrendo gente? Está, lamento. Mas vai morrer muito mais se a economia continuar sendo estreiçada por essas medidas", ressaltou.

Autoridades de saúde orientam a população e os governos a adotar as medidas de isolamento e distanciamento social como forma de prevenção à disseminação do novo coronavírus. Como ainda não há vacina nem remédio, comprovado cientificamente, contra a covid-19, a orientação visa a frear a transmissão do vírus para evitar que os sistemas de saúde fiquem sobrecarregados e consigam atender a todas as pessoas que venham a ficar doentes.

Bolsonaro fez um apelo aos governadores para que revejam a política de fechamento do comércio e disse que está pronto para conversar. "O Brasil está se tornando um país de pobres. Vai chegar um ponto em que o caos vai se fazer presente aqui. Essa história de lockdown, de fechar tudo, não é esse o caminho, esse é o caminho do fracasso, de quebrar o Brasil", afirmou. (Agencia Brasil)

Fundo de financiamento de campanha pode ser usado para pagar fiscais

Em sessão remota na quinta-feira (14) o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) respondeu afirmativamente a uma consulta formulada pelo Partido da Mulher Brasileira (PMB). A sigla questionou a corte eleitoral sobre a possibilidade de utilizar recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para pagar " uma ajuda de custo" a fiscais do partido em seções eleitorais no dia do pleito, em espécie.

O relator, ministro Luís Felipe Salomão, foi acompanhado pelos demais ministros. Ao citar a Resolução 23.607 da corte, ele lembrou que são considerados gastos eleitorais remuneração ou gratificação a pessoal que preste serviço de qualquer espécie à candidatura ou aos comitês eleitorais.

"Caso o valor enquadre-se como despesa de pequena monta, vale dizer, não ultrapasse o limite de meio salário mínimo, vedado o fracionamento, admite-se também que seja pago em espécie. A contrapartida pelos serviços pode ser entregue aos fiscais após o pleito já que, por obvio, a obrigação foi contraída antes, ou, no máximo no dia das eleições", ressaltou Salomão acrescentando que seu entendimento segue a mesma linha dos pareceres da assessoria consultiva do TSE e do parecer da Procuradoria-Geral Eleitoral. (Agencia Brasil)

MP isenta agente público por ação e omissão no combate à pandemia

O presidente Jair Bolsonaro editou medida provisória (MP) que livra os agentes públicos de responsabilidade por ação e omissão em atos relacionados, direta ou indiretamente, com a pandemia do novo coronavírus. A MP 966/2020, que trata dessa responsabilização, foi publicada na quinta-feira (14) no Diário Oficial da União.

De acordo com o texto, o profissional só poderá ser responsabilizado, nas esferas civil e administrativa, se houver dolo ou erro grosseiro, praticado com culpa grave, "com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia". O texto trata das ações ou omissões no enfrentamento da emergência de saúde pública e também de combate aos efeitos econômicos e sociais decorrentes da pandemia de covid-19.

A medida destaca que deverá ser levado em conta, para constatar o erro grosseiro, "o contexto de incerteza acerca das medidas mais adequadas para enfrentamento da pandemia" e de suas consequências, inclusive econômicas. "O mero nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso não implica responsabilização do agente público", diz o texto.

Os obstáculos e as dificuldades reais do agente público, a complexidade da matéria e das atribuições exercidas, a falta de informações na situação de urgência ou emergência e as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação ou omissão do agente público, também deverão ser considerados.

A MP tem força de lei e já está em vigor, mas ainda depende de aprovação do Congresso Nacional. Agencia Brasil)

Lei de ajuda a estados pode resultar em calote a empréstimos externos

A lei de socorro de R$ 120 bilhões a estados e municípios afetados pela pandemia do novo coronavírus pode resultar em calote a empréstimos externos. A avaliação é do Ministério da Economia, que recomendou ao presidente Jair Bolsonaro que vete o artigo do projeto de lei aprovado na semana passada pelo Congresso Nacional.

A avaliação consta de notas técnicas divulgadas no começo da noite de quinta-feira. Como anunciado recentemente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a pasta também recomendou o veto ao artigo que permite que determinadas categorias de servidores públicos locais tenham aumento de salário por 18 meses.

O projeto de lei aprovado pelo Congresso autoriza os estados e os municípios a suspender o pagamento de empréstimos com garantia da União contraídos com instituições financeiras nacionais e internacionais. Nesse caso, o Tesouro Nacional teria de cobrir a inadimplência, pagando as parcelas em atraso e posteriormente cobrando a dívida dos governos locais.

O Ministério da Economia, no entanto, entendeu que o texto impede que o Tesouro Nacional faça os pagamentos. Segundo a pasta, isso levaria a uma situação de inadimplência com credores internacionais, o que desrespeitaria leis estrangeiras e prejudicaria a imagem do país no exterior. Uma complicação, na avaliação da equipe econômica, é que os empréstimos externos não estão abrangidos pela lei brasileira, o que elimina a obrigação de os credores estrangeiros aceitarem a renegociação.

"Este dispositivo abre a possibilidade de a República Federativa do Brasil ser considerada inadimplente perante o mercado doméstico e internacional, trazendo sérias consequências que podem culminar num risco de refinanciamento do país", destacou a nota técnica produzida pelo Tesouro Nacional.

Enviadas ao Palácio do Planalto, as notas técnicas servirão de indicação para o presidente sancionar ou vetar pontos da lei. (Agencia Brasil)

Covid-19: Brasil tem 844 novas mortes registradas e chega a 13.993

O Brasil teve 844 novos registros de mortes nas últimas 24h e chegou a 13.993. O resultado representou um aumento de 6,4% em relação a quarta-feira (13), quando foram contabilizados 13.149 mil falecimentos pela covid-19. O balanço diário foi divulgado no início da noite de quinta-feira pelo Ministério da Saúde.

Já os novos casos confirmados foram 13.944, totalizando 202.918. Foi o maior número de casos confirmados registrados em 24h desde o início da pandemia no país. O resultado marcou um acréscimo de 7,3% em relação a quarta-feira, quando o número de pessoas infectadas estava em 188.974.

Do total de casos confirmados, 109.446 (53,9%) estão em acompanhamento e 79.479 (39,2%) foram recuperados. Há ainda 2.000 mortes em investigação. (Agencia Brasil)

MP sobre regularização fundiária de imóveis da União pode perder prazo

A poucos dias de perder a validade, na próxima quarta-feira (20), a MP 910/2019, não tem consenso na Câmara e no Senado para votação. O texto estabelece novos critérios para a regularização fundiária de imóveis da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ocupados.

O texto original ampliou de julho de 2008 para até maio de 2014 a data máxima de posse de propriedades que podem ser regularizadas. Além disso, permitiu que a regularização seja feita por autodeclaração para terras com até 15 módulos fiscais. Antes, essa regra valia apenas para pequenos lotes de até quatro módulos e apenas na Amazônia Legal. Dependendo da região, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares.

Em defesa do texto, o governo diz que as mudanças simplificam o procedimento de regularização e vão beneficiar cerca de 300 mil famílias instaladas em terras da União há pelo menos cinco anos. Já os contrários ao texto sustentam que as mudanças favorecem a grilagem e servem como uma anistia àqueles que cometeram crimes ambientais.

Impasse

A proposta estava na pauta da sessão de terça-feira (12) na Câmara dos Deputados, mas não foi votada. Sem acordo, o próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sugeriu que o conteúdo fosse analisado na forma de um projeto de lei.

O senador Irajá (PSD-TO), que foi relator da matéria na comissão mista, lamentou a falta de consenso e disse que, mesmo perdendo a validade, o assunto não deve ser encerrado no Congresso.

"Já poderíamos ter aprovado a MP 910 com aperfeiçoamentos da Câmara e do Senado. Essa medida foi amplamente discutida com diferentes segmentos da sociedade em quatro audiências públicas na comissão mista, e agora voltamos à estaca zero. Apesar disso, não podemos desistir e vamos trabalhar para aprovar um novo projeto que regularize, gere emprego, renda, acabe com conflitos e permita que órgãos como Incra e Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] exerçam o papel de fiscalizar se as leis estão sendo cumpridas", avaliou.

Contrário à proposta, o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) atribui o adiamento da votação à pressão da sociedade civil e da oposição. Ele afirmou que a oposição na Câmara e no Senado continuará a trabalhar para barrar projetos que, em sua avaliação, promiem o desmatamento.

"A retirada da MP 910 da pauta aconteceu porque houve muita pressão e articulação da oposição ao texto e mobilização da sociedade civil. Não podemos flexibilizar as regras, mas sim, ao contrário disso, trabalhar para que as punições da lei sejam realmente aplicadas. Não tem acordo em torno de favorecer a grilagem e anistia a desmatadores ", defendeu o capixaba.

Plano B

Com a possível perda de validade da MP, o deputado Zé Silva (Solidariedade-MG) saiu à frente e apresentou na quinta-feira (14) um projeto de lei (PL 2.633/20) com o mesmo teor da medida do governo. O deputado Marcelo Ramos (PL-AM) deverá ser o relator da proposta. Diferentemente de uma MP, um projeto de lei não tem prazo para ser apreciado. (Agencia Brasil)

No Brasil, 31.790 profissionais de saúde contraíram covid-19

O secretário-substituto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Eduardo Macário, participou de entrevista no Palácio do Planalto sobre covid-19 no Brasil. Ele apresentou dados captados pelo SUS Notifica, sistema criado no início da pandemia para reunir os dados sobre o novo coronavírus no país.

Segundo o secretário, até o momento foram identificados 199.768 profissionais de saúde com suspeita de covid-19. Destes, 31.790 foram confirmados e 114.301 estão em investigação. Outros 53.677 descartados. Do total dos casos suspeitos, as modalidades mais atingidas são técnicos ou auxiliares de enfermagem (34,2%), enfermeiro (16,9%), médico (13,3%), recepcionista (4,3%).

Tendência de alta

Eduardo Macário ressaltou que o Brasil passou a França em número de casos. De acordo com o gráfico, o Brasil apresenta uma tendência de alta, assim como os Estados Unidos, enquanto outros países com grande número de casos já sinalizam uma tendência de queda.

"Estamos numa tendência crescente principalmente por conta do quantitativo de testes assim como a transmissão que está ocorrendo em várias cidades. Estamos em uma ascendência no número de óbitos [por covid-19], mostrando que situação epidemiológica é de alerta no Brasil. Não há perspectiva de estabilização ou diminuição", pontuou o secretário.

Essa avaliação, acrescentou, serve para os gestores locais balizarem suas medidas e para que a população tome os devidos cuidados para evitar a infecção. Ele defendeu a estratégia de testar, identificar os infectados e isolar os contatos.

Contudo, não comentou as medidas de distanciamento mais rígidas sendo adotadas por diversos estados e cidades nem informou como ficou a situação das orientações para o distanciamento cuja versão preliminar foi anunciada na segunda-feira(11).Na quarta-feira, o Ministério da Saúde cancelou a entrevista coletiva diária sob a alegação de que não havia conseguido consenso com secretários estaduais e municipais.

Estados e cidades

De acordo com o mapa do Ministério da Saúde, em 2.988 cidades do país já foram registrados casos da doença. E em outros 1.087 municípios já ocorreram óbitos por conta da covid-19. A equipe da pasta também elaborou levantamento para identificar a velocidade de avanço da pandemia, considerando a evolução a partir do registro do 50º caso. Este indicador não compara o número de casos.

No Brasil, a média de aumento diário dos casos de covid-19 foi de 7,3%. Na Região Nordeste, os estados com maior velocidade de disseminação do vírus são a Paraíba, com 10,4%; e Maranhão, 8,9%. Na Região Norte, os de maior intensidade de aumento da epidemia são Pará (10,4%) e Amazonas (9,1%). No Sudeste, os estados com evolução mais rápida da pandemia são Rio de Janeiro (6,4%) e São Paulo (6,1%). No Sul, Rio Grande do Sul (5,8%) e Santa Catarina (5,1%). E no Centro-Oeste, Mato Grosso (7,2%) e Distrito Federal (6,8%).

Testes de covid-19

Macário declarou que foram distribuídos até agora três milhões de testes. Segundo ele, agora o momento é da 2ª fase, para a qual está previsto o encaminhamento de sete milhões de testes de laboratório (PCR) e 9,5 milhões de kits para exames sorológicos. Até o fim do ano, a previsão é chegar a 46 milhões realizados. De acordo com o representante do Ministério da Saúde, 128 mil exames ainda estão em processamento. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006461-11.2018.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO HENRIQUE RIBEIRO GARCIA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CONSTRUTORA ROGERIO MARTINS LIAO CARNEIRO ME, CNPJ 27.272.738/0001-64, com endereço à Rua Demerval da Fonseca, 351, apto. 23, bloco 01, Jardim Santa Terezinha (zona Leste), CEP 03572-400, São Paulo SP, que lhe foi proposta uma ação de Protesto por parte de Condomínio de Edifícios Santorino, pedido liminar de sustação dos efeitos do protesto, bem como pedido de indenização no valor de R$ 7.449,00, referentes ao Contrato de Prestação de Serviços assinado entre as partes. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e fará que, no prazo de 05 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de abril de 2020. 14 e 15 / 05 / 2020

Processo 1025194-49.2017.8.26.0564 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - Instituto Presbiteriano Mackenzie - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1025194-49.2017.8.26.0564. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr(a). Mauricio Tini Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VANESSA LOPES DOS SANTOS, CPF 263.977.158-25, que Instituto Presbiteriano Mackenzie lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 8.525,92 (setembro de 2017), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, para o curso de pós-graduação lato sensu. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 18 de fevereiro de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1026099-60.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Carina Bandeira Margarido Pires Leme, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Janaina Capraro (CPF: 293.843.528-29), que Hospital São Camilo - Santana, mantido por Sociedade Beneficente São Camilo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 100.049,49 (fevereiro de 2020), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços nº's 165007, 165051, 164898, 165117, 159820, 158774, 159788, 158965, 159056, 159283, 159216, 159310, 159311, 159718, 159713, 159858,157396, 157035, 156404, 155572, 155571, 155570, 155568, 154884, 154892, 146058, 157955, 157954, 157986, 157985, 157984, 157957, 157981, 157983, 158583, 172088, 171933, 172044, 173209, 174835, 174783, 174784, 174814, 174815, 174705, 174706, 175690, 175632, 175544, 174880, 178567, 177678, 179965, 179450, 178700, 178908, 179730, 180630, 180628, 180623, 180625, 181385 e 182438, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de abril de 2020. 14 e 15 / 05 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, expedido nos autos da CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0057013-55.1969.4.03.6100, movido por PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS em face de JOÃO RODRIGUES DE ABREU e OUTROS, com prazo de 10 dias. A Doutora DIANA BRUNSTEIN, JUÍZA FEDERAL TITULAR desta Sétima Vara Cível da Justiça Federal da 1ª Subseção da Seção Judiciária de São Paulo, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital de Intimação virem, ou dele tiverem conhecimento, expedido nos autos da ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0057013-55.1969.4.03.6100 (AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO), movida por PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, CNPJ 33.000.167/0108-40 em face de JOÃO RODRIGUES DE ABREU e OUTROS, por força da qual pugnou-se pela desapropriação de uma área de 2.980 ha, situada nos municípios de Taubaté e Tremembé, Estado de São Paulo, declarada de utilidade pública por força do Decreto Federal nº 28.948, de 09/12/50, com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21/06/41, para fins de de industrialização de sisto-carbonoso das jazidas existentes do Vale do Rio Paraíba, nos municípios de Taubaté e Tremembé. PROPRIETÁRIO: JOÃO RODRIGUES DE ABREU e OUTROS SITUAÇÃO: Região VALE DO RIO PARAÍBA. Municípios: TAUBATÉ E TREMEMBÉ Estado: SÃO PAULO - ÁREA: aproximadamente 2.980 ha (dois mil e novecentos e sessenta hectares). CARACTERÍSTICAS: "Área aproximada de 2.980 ha, de terras nos municípios de Taubaté e Tremembé, situada na margem direita do rio Paraíba, a partir de 15 m. (quinze metros) do ponto médio das enchentes ordinárias e excluída a parte urbana da cidade de Tremembé e delimitada pelos rios Paraíba, Uma e Ribeirão do Moinho e uma reta unindo as duas pontes da nova estrada de rodagem Rio-São Paulo sobre o rio Uma e Ribeirão do Moinho. A fim de viabilizar a expedição Carta de Adjudicação em favor da expropriante, expediu-se o presente edital, com o prazo de dez (10) dias, pelo qual ficam terceiros interessados INTIMADOS para virem a Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, a que ocorrerá após o decurso do prazo acima referido e será contado da publicação deste, pela imprensa, na forma da lei, prosseguindo-se nos demais termos e atos do processo, até final. E, para seus conhecimentos, e o de todos os interessados, expediu-se esta, que vai afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de São Paulo, aos vinte e três dias do mês de abril de 2020. São Paulo, 23 de abril de 2020. 8 - 15 e 16

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1084852-83.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Marilda Negrão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SISTEMA BRASILEIRO DE TAQUARAL LTDA - ME, CNPJ 18.762.213/0001-05, com endereço à Rua Conde de Fontalva, 248, Jardim Santa Fe (Zona Sul), CEP 04890-310, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando a quantia de R$59.143,92 (novembro de 2018), decorrente do Contrato de Capital de Giro sob nº 011.007.546. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de maio de 2020. 14 e 15 / 05 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0041296-88.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Caio Moscariello Rodrigues, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) OTAVIO GOMES DE OLIVEIRA PIMENTA, CPF 363.875.968-00, e LANCHONETE TUBIARÁ LTDA - ME, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 62.574,62 (referente a dezembro/2019), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de janeiro de 2020. 14 e 15 / 05 / 2020

Lembre sempre de lavar as mãos